**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião realizada em 23 de novembro de 2012, às 14 horas e 51 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Deputada **Rebecca Garcia (PP/AM).** Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ana Rita (PT/ES), Ângela Portela (PT/RR),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Paulo Roberto Vital de Menezes**, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas; **José Duarte dos Santos Filho,** Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas; **Maria das Graças Soares PROLA**, Secretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas; **Patrícia Macedo Campos**, Juíza Titular da Vara Especializada de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; **Mário Ipyranga Monteiro Neto**, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas; **Davi Santana da Câmara**, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas; **Ariosto Lopes Braga Neto**, Subdefensor Público–Geral do Estado do Amazonas; **Francy Júnior,** representante do Fórum Permanente de Mulheres; **Miquelina Machado Tucano**, representante das mulheres indígenas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas as presentes nesta Assembléia.

Antes de dar o início formal a esta audiência pública, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; ao Deputado Ricardo; à Deputada Conceição; e registrar o empenho dos servidores desta Casa; cumprimentar e agradecer à Casa Militar; aos servidores do cerimonial; aos servidores da comunicação; ao conjunto de servidores, sem os quais nós não poderíamos realizar esta iniciativa.

Faço um registro especial, Deputado Ricardo: tive a oportunidade de fazer uma visita ontem à Vara Especializada e descobri uma importante e inédita parceria entre esta Casa e a Vara Especializada. Ao ceder servidores desta Casa para ajudar a melhorar a estrutura do funcionamento da Vara Especializada, a Assembleia Legislativa, embora não tenha nenhum compromisso constitucional em relação a essa iniciativa, sinaliza à sociedade que a questão da violência contra a mulher é um problema de todos. Por isso quero agradecer, registrar e dizer que, nesta parceria do Presidente da Casa, com a contribuição da Deputada Conceição, tenho certeza de que nós poderemos avançar, porque é nesse debate que se realiza o processo de construção das novas políticas.

Sei também de uma série de outras iniciativas que esta Assembleia realizou para reforçar e partilhar recursos com o Poder Judiciário e, dessa forma, enfrentando alguns problemas que nós precisamos enfrentar.

Eu quero também, antes de abrir formalmente a reunião, dizer da justificativa da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que sempre esteve em todos os lugares nas audiências. Excepcionalmente, por causa da responsabilidade como relatora de uma medida provisória no Senado, teve dificuldade em estar presente. Também a Vice-Presidente, Deputada Keiko, estaria aqui e, por circunstâncias, não pôde estar presente. E bem assim a Senadora Vanessa Grazziotin – posteriormente, vou ter oportunidade de ler a mensagem que S. Exª mandou por escrito ontem, às 11h30, via celular, por se encontrar em uma delegação do Senado à China. Coincidentemente, a agenda não pôde ser alterada, nem a dela na China, nem a nossa com vocês.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, envolvendo Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, tem como objetivo diagnosticar as estruturas das instituições que são responsáveis por atender à mulher vítima de violência. Isso significa que nós não estamos fazendo um levantamento dos casos.

Neste momento, eu registro que, no jornal local, na capa de hoje, está a demonstração do problema que nós enfrentamos aqui: “Garota é torturada e estuprada por dupla na zona leste”. Esse é um cotidiano doloroso. Mas a CPMI não vai se debruçar sobre os casos individuais, porque para isso já ocorreu uma CPMI em 2001 que mostrou a dimensão da gravidade do problema da violência doméstica e sexual contra a mulher. Esta CPMI se debruça em verificar como as delegacias especializadas, as varas especializadas, as coordenadorias do Ministério Público, as defensorias, os centros de referência estão respondendo às demandas.

Nós, nos 14 Estados, localizamos três grandes desafios. O primeiro diz respeito à padronização nas informações. Deputado Ricardo, Deputado Rebecca, nós temos dificuldade de saber, inclusive aqui no Estado do Amazonas, os números reais, porque, como não há uma padronização, há um número que a Secretaria de Segurança nos fornece, há outro número que o juizado especializado nos fornece, há outro número que o Ministério Público nos fornece. Esse é um desafio nacional, até mesmo porque a Câmara Federal e o Senado aprovaram, apenas em agosto, um projeto que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Acabamos de aprovar este projeto que criou esse sistema, que está sendo construído pelo Ministério da Justiça, mas, no caso das mulheres, as informações são muito mais difíceis.

Se não se sabe em que região, em que área, qual é a natureza do crime, se é lesão corporal grave, onde as tentativas de homicídios se localizam, se é na região da zona leste, onde o processo é mais grave, como é que o Secretário Vital vai poder definir metas estratégicas?.

Então, em relação ao primeiro desafio, que é um desafio nacional, estamos inclusive solicitando que o Ministério da Justiça inclua no boletim nacional padronizado um campo específico em que o registro do crime será tipificado como crime de violência doméstica. Esse é o primeiro desafio no Brasil e também aqui no Estado do Amazonas.

O segundo desafio – evidentemente essa é uma discussão mais ampla – é a precária estrutura física e de pessoal de todos os órgãos. As delegacias especializadas, as varas especializadas, o Ministério Público – muito mais as defensorias – não têm pessoal suficiente para responder. Nós temos, em cada Estado, um número limitado de profissionais. É evidente que essa é uma discussão bem mais ampla, porque, como nós não temos orçamento específico, o que nós chamamos “orçamento mulher” ou “orçamento violência doméstica”, os governos, evidentemente, enfrentam dificuldades para estruturar. Mas, se existem dificuldades, elas devem ser enfrentadas. Então, este é o segundo aspecto: a estrutura de pessoal, o número de profissionais nas delegacias especializadas e nas varas.

Aqui, por exemplo – e isso não é diferente em outros Estados –, na nossa vara especializada, há perto de 8 mil processos, e estamos neste momento com seis ou sete profissionais, que é o mesmo número que as varas especializadas do Estado de Minas Gerais, que é o meu Estado, tem em cada vara, e lá cada uma tem 22 mil processos.

E temos uma particularidade no Estado do Amazonas: estamos há cinco meses sem titular na vara especializada. Precisamos que o Tribunal de Justiça resolva, de imediato, essa questão, além de outra questão que será colocada, que diz respeito à criação do juizado. Tivemos oportunidade de conversar sobre isso com o Governador Omar e sobre os esforços conjuntos para que se constitua aqui um Juizado Especial de Violência contra a Mulher.

E o terceiro aspecto: há uma dificuldade de articulação entre as instituições. Por exemplo, alguém pode me dizer quem controla a aplicação das medidas protetivas que são tomadas? Em algumas situações, e nós conservamos aqui, às vezes é a própria vítima. E a delegada nos contava que a vítima telefona e diz: “Delegada, ainda não chegou a intimação, nós estamos cercadas”, e a delegada liga para ver como está. E nós temos um problema na vara, porque há a centralização da distribuição dos processos, o que dificulta. Às vezes, com 15 dias, para uma medida protetiva, querem retirar o homem naquele momento.

Essa é outra questão que nós precisamos enfrentar e fazer essa articulação com o conjunto dos Estados do Brasil e, particularmente, aqui. Por isso que nós, para verificar este diagnóstico, chegamos aos Estados e os visitamos. Fazemos diligências na delegacia especializada, na vara especializada, no núcleo do Ministério Público, na Defensoria, nos centros regionais. Então, dentro dessa caracterização, eu queria, por fim, dizer como se realiza essa audiência pública.

Por razões regimentais, em função do Regimento do Congresso, as pessoas que podem falar aqui são aquelas que nós já aprovamos em requerimento anterior e têm a livre palavra os Parlamentares federais que aqui chegarem, sejam Senadores, sejam Deputados Federais.

Esclareço porque a sociedade civil – e nós aprovamos no requerimento – fará uso da palavra após essas autoridades: a partir da indicação do Fórum de Mulheres, que se reuniu e já está com o requerimento aprovado antecipadamente, para que possa dizer a sua opinião sobre a realidade. Por isso não será aberta a palavra para o plenário. Terão o uso da palavra as autoridades que aqui se colocam.

Neste momento, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Manaus, com os convidados que nós passaremos a escutar.

O primeiro convidado é o Sr. Dr. Paulo Roberto Vital de Menezes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, que terá oportunidade de se dirigir e que estará acompanhado pelo Delegado Metropolitano Dr. Emerson Negreiros e a Drª Júlia, que também complementará as informações iniciadas pelo Secretário, Dr. Vital.

Antes da sua palavra, Dr. Vital, nossa Relatora *ad hoc*, Deputado Rebecca Garcia, usará da palavra para fazer a introdução dos questionamentos para a Secretaria de Segurança que o senhor passará a responder.

Neste momento, com a palavra a Deputada Rebecca Garcia.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Agradeço à Deputada Jô Moraes, que está à frente desta Comissão no Congresso Nacional.

Agradeço a todos os senhores e senhoras aqui presentes, nesta reunião da CPMI da Violência contra a Mulher.

Agradeço à Assembleia Legislativa, na pessoa do Presidente, Deputado Ricardo Nicolau, que tem sido grande parceiro. A Assembleia como um todo tem sido grande parceira no enfrentamento da violência contra a mulher.

Agradeço à Drª Jaiza Fraxe, que compõe esta Mesa, pelo seu trabalho e empenho como mulher e como representante do Poder Judiciário Federal; à minha amiga e colega Deputada Conceição Sampaio, que encabeçou esse trabalho e que teve uma expressão fundamental na organização de todo esse evento, desses 2 dias, que foram muito intensos. Agradeço e parabenizo a Deputada de Roraima Angela Portella, que veio com uma equipe de 15 pessoas do Estado de Roraima.

É importante colocar que esta é uma audiência que trata das questões da Região Norte, que hoje está sediada aqui, em Manaus. Não se trata apenas da questão do Amazonas, mas de toda a Região Norte.

Agradeço a todas as autoridades que estão aqui presentes. Em primeiro lugar, ao nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Vital; agradeço também a Keith Bentz, da coordenação da Rede Mulher; à Graça Prola, que está representando aqui a Secretaria de Assistência Social. Agradeço à Secretaria de Saúde, Dr. José dos Santos Filho, nosso Secretário Executivo; agradeço à Drª Patrícia Macedo Campos, juíza titular da Vara Especializada da Violência, que, neste ato, representa o Tribunal de Justiça; à Procuradoria de Justiça, Dr. Davi Santana da Câmara e Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, Promotores de Justiça da Vara da Violência contra a Mulher; e à Defensoria Pública, Dr. Ariosto Lopes de Braga Neto, Subdefensor Público Geral.

Vou fazer um pequeno relato, muito breve, destes dois dias, até para poupar o nosso Secretário, que já está na tribuna, pois gostaríamos de mencionar a audiência com o Governador e as diligências realizadas.

Hoje, pela manhã, às 10 horas, estivemos em contato com o Governador Omar Aziz e, nesse encontro, nessa reunião, nós tivemos a felicidade de saber que ele, ontem, entrou em contato com o Presidente do Tribunal de Justiça e que já ficou acordado que, na próxima segunda-feira, estariam juntos para a criação do Juizado da Mulher. Então, isso já é o resultado, um primeiro resultado desta CPMI no Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

Também se colocou à disposição e assumiu o compromisso de criar um centro integrado. Então, esse centro integrado, que colocaria toda essa rede no mesmo lugar, dando amparo a essas mulheres vitimizadas, também já é um projeto do Governo do Estado em função dos dados recebidos pela nossa Presidente da Comissão, Jô Moraes.

Alguns dos critérios para a visita aqui foram os Estados mais violentos e também os mais populosos. Esse foi um dos critérios pelo qual hoje estamos aqui. Embora o Amazonas não ocupe as primeiras posições no que se refere à morte de mulheres, apresentei requerimento para a reunião da CPMI no Estado porque considero importante avaliarmos a situação de violência em nosso Estado. É importante saber que políticas estão sendo realizadas no Estado para prevenir a violência contra a mulher.

Existem aqui algumas preocupações que iremos mencionar no decorrer desta reunião, mas já vou começar aqui com as perguntas para que a gente possa ouvir o nosso Secretário de Segurança.

Há duas perguntas. Essas perguntas que eu vou colocar aqui – alguns podem se questionar porque sabem ou imaginam que eu saiba a resposta – são perguntas da CPMI e eu estou aqui fazendo esse papel, mas são perguntas feitas por onde a CPMI passa e que nós estaremos aqui para juntar com as outras e podermos tomar esse diagnóstico, como a Presidente colocou no início da sessão.

Então, existem duas perguntas que são gerais, para todos os Secretários e todas as autoridades que serão questionadas.

A primeira: o que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

A segunda pergunta: qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2012 e 2013?

Agora, passo para as questões específicas da Secretaria de Segurança.

São 62 Municípios e apenas uma delegacia especializada da mulher na capital. Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos de mulher nas delegacias comuns com servidores capacitados?

Conforme mencionei, estivemos na delegacia da mulher ontem, pela manhã, e constatamos um número insuficiente de profissionais para dar andamento aos mais de mil inquéritos mensais, além dos 4.500 inquéritos parados.

Gostaria que o senhor pudesse fazer uma análise a respeito da situação.

Em Manaus, a delegacia da mulher funcionava 24 horas. Por que o plantão acabou? Houve algum estudo prévio que determinou o fim desse plantão?

Os dados que recebemos da Secretaria não estão desagregados impedindo a informação se o crime é referente à Lei Maria da Penha, porque não há como específico, no boletim de ocorrência, para os crimes previstos na Lei Maria da Penha.

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

Os profissionais conhecem os serviços e recebem capacitação para informar corretamente?

Qual foi a última capacitação específica sobre violência contra mulheres que os policiais civis receberam?

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas? Há capacitação específica?

Há aplicação de fiança no caso de violência doméstica?

Fomos informados de que existe um convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres na Presidência da República para a criação de mais uma delegacia na Região Norte. O senhor poderia informar o que está faltando para concretização do convênio?

Então, essas são as perguntas.

O senhor tem 20 minutos para fazer a sua abordagem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Secretário, Dr. Paulo Roberto Vital de Menezes.

Dr. Paulo, na hora em que V. Sª achar oportuno poderá passar a palavra aos demais servidores da Secretaria.

**O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES** – O.k.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, começando pela Exma Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher; o Exmo Sr. Deputado Ricardo Nicolau, Presidente desta augusta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; a Exma Srª Deputada Conceição Sampaio, autora da propositura; a Exma Srª Deputada Federal Rebecca Garcia, nossa representante na Câmara Federal e Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher; Deputada Ângela Águida Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado de Roraima, nossos cumprimentos e nossas as boas-vindas; também à delegação aqui também representada por V. Exª; Exma Srª Drª Jaiza Fraxe, Presidente do Tribunal Regional Federal.

Discorrer sobre violência em 20 minutos, devo dizer que é muito pouco. Mas, em se tratando de uma audiência pública, nós temos de seguir esse rito. Procurarei ser disciplinado quanto ao tempo.

Srªs e Srs. Deputados, senhores advogados e representantes das várias entidades de classe que aqui se fazem presentes, primeiro, eu gostaria de preambular quando se trata da questão violência pública. Eu quero dividir esta minha fala em duas fases. Primeiramente, na qualidade de Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Amazonas, neste preâmbulo, situar todos os senhores sobre o porquê das várias motivações e ao me perguntarem o que fazer para evitar a progressão dessa violência.

Com esses questionamentos que aqui estão, Deputada Rebecca, alguns deles eu posso, sim, responder; outros, eu estou aqui me fazendo representar também pelo Delegado Emerson, Diretor de Polícia Metropolitana, pela Drª Júlia Belota, Diretora do c*ampus* do nosso Instituto de Ensino de Segurança Pública e duas delegadas da Especializada da Mulher. Por se tratar de questões mais específicas, eles estão em condições de vir aqui e responder sobre esses dados.

Bom, ainda ontem, na nossa cidade de Manaus, nós encerramos, com muita honra, representando o Governo do Estado, um congresso que sediamos, denominado Congresso Internacional de Segurança para Grandes Eventos, realizado no Tropical Hotel, com duração de 3 dias, em que nós recebemos renomados palestrantes, em nível nacional e internacional, que só vieram a enriquecer cada vez mais o nosso conhecimento técnico-profissional.

Quando nós falamos da violência, e aqui especificamente contra a mulher, eu quero antes me reportar ao fato de que toda violência deve ser combatida e rejeitada. No meu entendimento, não existe maior violência do que a fome; uma pessoa com fome é capaz de tudo.

Segundo, numa sociedade como a nossa, carente de disciplina, carente de valores éticos, morais e familiares acima de tudo, nós estamos assistindo, às vezes estarrecidos, primeiramente, à própria mulher... Vejam bem, eu não estou aqui generalizando, mas àquilo que nós estamos assistindo no dia a dia, com cenas de desvalorização, com aquilo que sempre nós primamos quando se trata de educação familiar, sua honradez...

Senão vejamos, tivemos agora uma publicação semanal, na *Veja*, em que aparece na capa aquela jovem que percorreu as redes sociais vendendo sua virgindade – vendendo sua virgindade! Vejam os senhores, se não bastasse isso, tivemos que bater, durante uma semana e agora de forma contínua, os atos de vandalismo e de sexo explícito, numa das nossas avenidas aqui da cidade, em que estamos assistindo a meninas, adolescentes despindo-se no meio da rua e praticando sexo explícito. Dois exemplos apenas, bem recentes. Perguntamos: é esta a sociedade que nós queremos?

Ainda mais, eu tenho enfatizado... Nosso Arcebispo Dom Luiz, num artigo que escreveu aqui num de nossos matutinos, dizia: “Estamos decretando a falência da família?” Nós aprendemos que a família é a célula *mater* da sociedade e, como tal, hoje os reflexos da violência na nossa sociedade advêm destes problemas: educação doméstica, educação de família.

Uma menina que engravida aos 11 anos, como nós temos tido exemplos aqui na periferia, já está ali gestando um monstrinho, fruto de um desamor, de uma gravidez indesejada, enfim, de agressões à vida humana. E eu pergunto: é problema da polícia? É problema da polícia a educação doméstica?

Vejam bem, eu estou fazendo essas colocações, porque isso envolve e é o que eu quero buscar: a participação, o engajamento da sociedade como um todo. O que os senhores aqui representam é isto que nós estamos buscando: a participação efetiva da sociedade para buscarmos as soluções para os nossos problemas. Nós não queremos esse tipo de violência. Nós temos que dizer um basta. Como falou a Deputada Conceição Sampaio, uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna.

Mas, gente, onde é que estão essas crianças e adolescentes que os pais não cuidam? Estão jogando para a rua essas crianças e adolescentes. Estão jogando para a rua! Ora, uma criança como essa que perdeu a autoridade paterna ou materna vai encontrar os limites na barra da lei, justamente na barra da polícia. E começa aí um ato de violência.

Dito isso, vamos aos questionamentos: primeiro, 62 Municípios e apenas uma delegacia especializada da mulher na capital. Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns, com servidores capacitados?

Sim. Agora, isso passa necessariamente por recursos. E recursos financeiros implicam maior efetivo de profissionais, recursos humanos.

Quando o Governo do Estado, através da Secretaria... o Ministério Público ingressou com uma ação civil sobre por que não temos delegados em todos os Municípios. E eu conversava isso com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz: Dr. Francisco, o nosso problema não é diferente do Judiciário nem do Ministério Público, primeiramente porque, nas nossas comarcas, nós não temos 61 juízes, não temos 61 promotores. Nem por isso vamos deixar de dar a atenção devida aos casos e à demanda que se apresenta.

Então, com os limites que nós temos, a disponibilidade de recursos humanos e a capacitação desses recursos humanos, estamos levando adiante essa problemática. E quem vai poder falar melhor sobre isso é a Drª Júlia Belota, que é responsável pela capacitação de todos esses profissionais. E diga-se que nós nunca tivemos antes uma qualidade em termos de capacitação como temos hoje através do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública.

Com relação à insuficiência de servidores na própria delegacia da mulher, deixo com o Delegado Emerson, porque esse foi um estudo feito pela própria Delegacia-Geral de Polícia para atender a todas as demandas com o número que nós temos hoje disponível de policiais civis. Daí a criação de alguns plantões e a descentralização desse atendimento por todos os nossos DIPs.

Idem com relação ao funcionamento por 24 horas da delegacia especializada.

A última capacitação específica sobre violência contra mulheres que os policiais civis receberam: Drª Júlia, por favor, responder sobre isso também.

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra mulheres indígenas? Há capacitação específica?

O Instituto Integrado de Ensino, inclusive, Deputada, nós já buscamos de que forma junto à Funai e à Polícia Federal. Um exemplo típico disso: São Gabriel da Cachoeira. Estava havendo um número que nos chamou a atenção com relação a suicídios por parte de um percentual dessa população indígena. E nos chamou a atenção e vimos que realmente partia da violência. Que violência é essa? A violência da desvirgindade. Começava por aí. E, quando voltava, digamos, para a sua tribo – e hoje a “tribo” é entre aspas –, para a sua comunidade, ela era rejeitada. Com isso, então, ela passava a se prostituir nas ruas do Município. Isso aí através de estudos de antropólogos. E nós conversamos e também já estamos buscando uma interação maior através da própria universidade que se faz presente. E a integração dessas ações passa necessariamente pela conscientização de que todos tenham esse envolvimento para a busca das soluções contra a violência.

Aplicação de fiança, Dr. Emerson. E o convênio com relação à Secretaria de Política para as Mulheres.

E vamos agora, na semana que vem, nos sentar para fazer uma remodelação nos quadros da Polícia Civil, na sua estrutura organizacional. Isso já vai ser também colocado como um dos objetivos prioritários.

Ademais, devo dizer que a Secretaria de Segurança sempre esteve e continuará de portas abertas para todo e qualquer cidadão que nos busque ou que queira participar desse engajamento, porque o problema de violência diz respeito não só a nós, mas a toda a sociedade. E, como todos nós estamos inseridos nesse contexto, eu digo: vamos dizer não e um basta à violência.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Sr. Secretário, antes de passarmos a palavra ao Dr. Emerson, eu queria verificar como o senhor vê a grande dificuldade que nós tivemos no que diz respeito aos dados aqui no Estado do Amazonas, como em outros Estados, que é a centralização de informações em relação às ocorrências que são registradas nos DIPs, Distritos Integrados de Polícia.

A portaria que o senhor tomou, descentralizando o atendimento de violência doméstica por existir apenas uma delegacia especializada, que fica distante de algumas regiões, particularmente das regiões mais vulneráveis...

**O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES** –Já entendi.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – ...como a leste ou norte, nós estamos não temos informações precisas, porque não há uma centralização das informações e das ocorrências, não só dos DIPs, como também dos núcleos do interior.

Como o senhor vê a possibilidade de centralizar as informações, não apenas nos boletins, mas num núcleo ou num local que possa dar o retrato real da violência que a Secretaria de Segurança registra?

**O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES** – Perfeito. Esse, inclusive, foi o terceiro questionamento que a senhora colocou como o tratamento e a dificuldade hoje quanto a essas medidas protetivas.

A centralização, por exemplo, na especializada, que hoje nós só temos a que é sediada ali no Parque 10. E nós queremos avançar para onde Manaus está crescendo, principalmente porque atinge uma população estimada em aproximadamente um milhão de habitantes, compreendendo zona norte e zona leste. O crescimento hoje seria, portanto, para essas áreas.

Eu vejo com muito otimismo, porque facilita, inclusive, trabalharmos programas voltados para a política de atendimento à especializada e da violência contra as mulheres.

Como a senhora bem colocou, cada boletim que se faça em uma especializada, pela sua descentralização, facilitando, porque hoje nós sabemos que uma pessoa tem dificuldade até para pegar um ônibus que sai da periferia para vir para essa especializada... Portanto, ela pode fazer o registro em qualquer DIP, só que, a partir daí, a centralização na especializada tem que dar curso a esse procedimento, no caso, mandando chamar a vítima para ser ouvida novamente... Novamente, eu não diria, mas para dar o procedimento que merece aquela ocorrência. E centralização nessa especializada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E no caso dos núcleos do interior, Secretário? Se for a centralização na especializada de Manaus, o desenvolvimento dos núcleos do interior, nós ficamos sem informações e continuidade.

**O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES** –Deputada, o interior apresenta para nós um grau de dificuldade maior, como acabei de dizer, seja pela carência de recursos humanos, seja pela carência de instalações físicas também, porque, hoje, se nós tivermos recursos para, digamos assim, reestruturarmos uma delegacia, já estamos avançando muito. Muito menos para a construção de uma delegacia especializada para a mulher.

Agora, o que nós estamos em tratativa para apresentar ao Governador Omar Aziz com relação aos 61 Municípios, excluindo-se Manaus?

Aqueles considerados Municípios distritais, sedes principalmente, onde já temos uma estrutura por parte do Poder Judiciário, comarcas, varas especializadas, e um efetivo maior em termos de companhia interativa, comunitária, delegados de carreira, aí sim, estamos estudando a centralização dessas medidas, dessas ocorrências e as pessoas que têm menos condições ou que não podem chegar à capital, ou mesmo no seu interior não disponham desses recursos, cheguem a esse mais próximo para poder acompanhar esse procedimento, seja o inquérito instaurado, ou mesmo buscar a proteção para sua integridade física. E aí a gente dá esse apoio.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passaremos a palavra, Secretário... Desde já eu agradeço a presença do senhor, um dos Secretários de Segurança que compareceram pessoalmente. Para nós é um registro da compreensão e da consciência que o senhor tem dos enormes desafios que o senhor tem nessa área.

Algumas perguntas, depois da fala do Dr. Emerson e da Dra Júlia, podem ficar sem resposta. Nós daremos um prazo de até 10 dias para que a Secretaria de Segurança possa nos colocar. E continuaremos na discussão da busca da centralização das informações e da qualificação dos responsáveis nos núcleos do interior. Sei que não é possível criar uma especializada em cada um dos dez núcleos do interior, mas é possível se adequar funcionamentos, no interior dos núcleos, que possam agilizar.

Quero agradecer mais uma vez, cumprimentá-lo pela sua presença e passar a palavra, com a sua autorização, ao Dr. Emerson Negreiros, para responder às demais questões.

Obrigado, Secretário.

**O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES** – Nós que agradecemos, mais uma vez. Emerson, por favor. Quando o Governador Omar Aziz conversou conosco para que aqui estivéssemos para representá-lo, justamente é o compromisso a ser firmado do seu Governo diante dos problemas que se apresentam. E estamos aí em busca das soluções.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de passar a palavra ao Dr. Emerson Negreiros, nós vamos deixar registrado, Secretário, que tivemos a informação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de que haveria uma delegacia especializada em Tefé, e que ela foi transformada em delegacia geral. Essas são algumas questões que nós vamos deixar registradas aqui, e vamos deixar também um relatório que a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres nos forneceu, para que a Secretaria possa nos informar por que, especificamente – estou citando apenas um caso, o caso de Tefé – a delegacia especializada se transformou em delegacia geral.

Com a palavra, Dr. Emerson.

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Boa tarde a todos. Exma Sra Deputada Jô Moraes, em nome de quem cumprimento todas as Parlamentares aqui presentes e as mulheres que estão aqui presentes; Exmo Sr. Deputado Ricardo Nicolau, Presidente desta Casa, cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Meu tempo regimental é curto, mas nós vamos tentar responder aos questionamentos. Nós assumimos o trabalho em junho, junto à Delegacia Geral de Polícia e, além de sermos cobrados por qualquer organismo social de forma proativa, tentamos viabilizar um sistema que pudesse dar uma rede de proteção dentro da realidade da Polícia Civil do Estado do Amazonas. A delegacia das mulheres contava com plantão e acabava sendo centralizadas todas as ocorrências dentro da delegacia das mulheres. O que ocorre na cidade de Manaus? Nas duas zonas mais populosas, a zona norte e a zona leste, que perfazem metade dos habitantes da cidade, os resultados de crimes são mais crescentes. Ora, com o advento da política do Programa Ronda nos Bairros, que tem tudo a ver, do Governo Omar Aziz, ele expandiu sua rede de delegacias de polícia em 88,49% – 90% a mais dessas delegacias de polícia.

O que ocorre na cidade de Manaus é que essas delegacias de polícia contam com uma rede de proteção social, que é a Seas, que é o atendimento psicossocial do Projeto Ame a Vida, que está instalado dentro dessas delegacias de polícia, para que façam esses atendimentos. O que nós fizemos de forma diferenciada, e que nunca existiu aqui em Manaus? O primeiro ato foi a instalação de um novo plantão na zona norte de Manaus, ou seja, a zona de maior população.

Por legislação, além da legislação estadual daqui, todas as mulheres são atendidas, independentemente da delegacia especializada, nos DIPs. Os DIPs fazem o atendimento. Nós temos uma rede de proteção. Se visualizarmos essa rede de proteção social, ela cresceu com o aumento dos DIPs que foram acrescentados com os investimentos na segurança pública no Estado do Amazonas.

 **A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Emerson, só um esclarecimento. Os DPIs funcionam 24 horas?

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Vinte e quatro horas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aos sábados e domingos?

**O SR. EMERSON** **NEGREIROS** – Sábados, domingos e feriados. Ou seja, por iniciativa... como delegado de polícia, com mais de 10 anos de exercício aqui no Estado do Amazonas e trabalhando pelo interior, eu percebi, já que é uma legislação de 2006, que existia realmente, na parte das zonas mais carentes da cidade, uma necessidade de implantação. E, com essa liberdade, nós formamos mais uma base, que é o 18º Distrito, que fica no bairro Novo Israel, porque nós entendemos que a polícia tem que exercer essa proximidade com a população.

Essa base do 18º Distrito passou a funcionar com delegado de polícia, 24 horas, sábados, domingos e feriados, o que não existia. E, na zona leste, já cheguei também a levantar mais uma base de flagrante, onde você conta com delegado de polícia 24 horas. Ou seja, são delegacias que estão próximas à população, elas estão dentro dos bairros. Aquelas delegacias não tinham autoridades policiais.

Manaus conta com uma delegacia que fica na zona centro-sul, a área mais rica de Manaus, e que ia atender a toda a malha, mas ela não teria condições de suportar todo o atendimento das demandas que viessem de natureza da violência doméstica. Ora, o caminho seria qual? Racionalizar os recursos, otimizar os recursos, para que nós pudéssemos aumentar a rede de proteção às mulheres e dar um atendimento melhor, ou seja, elaborando as medidas protetivas de forma mais rápida a qualquer hora da noite, realizando uma prisão em flagrante e encaminhando esses casos à Justiça.

Ora, nós tínhamos, na delegacia das mulheres, um plantão em que acabávamos subutilizando os recursos e explico por quê. Porque não tínhamos uma malha de flagrante, um atendimento reduzido, enquanto na realidade se furtavam de fazer atendimentos ou algumas situações nos DIPs. O que exerceu, até mesmo por minha parte, uma fiscalização no sentido desse atendimento, nessas zonas da cidade, porque com isso nós poderíamos alavancar um número de inquéritos que estariam em aberto, que vêm não só desde 2006. É tanto que os números... Vamos, recebendo esse legado... Desde julho, o primeiro mês que encerrou o plantão foi junho. Não foi uma mudança traumática. Foi uma mudança...

A delegacia das mulheres é subordinada a mim. Eu chamei a delegada das mulheres e fizemos uma transição para que nós pudéssemos dar uma resposta melhor às demandas que existiam na delegacia das mulheres. Eu dei 10 dias para que o plantão terminasse e 30 formando uma força-tarefa com todo o efetivo, deixando outras áreas da cidade desassistidas por tempo certo. Após essa passagem, fincamos muito mais a cultura e depois, por determinação, que essa rede de proteção funcionasse para toda a cidade, potencializando o atendimento nas zonas mais populosas e com maiores demandas, quais sejam, a zona norte e leste, como efetivamente ocorreu e ocorre até este momento.

Em julho, o número de inquéritos que nós remetíamos era 92 do ano passado. Em 2012, quando implementamos essa nova política, nós enviamos 225 inquéritos policiais. Os problemas que envolvem a questão das mulheres não iniciaram ontem, é verdade. A cultura e a mudança da lei, para que nós pudéssemos, como instituição, organismos sociais que estão aqui, alavancar são coisas que nós podemos a cada dia ir mudando nessa realidade.

Em julho do ano passado, foram 92 inquéritos remetidos. Em 2012, 225 inquéritos remetidos. São 225 vítimas que esperam e anseiam por uma resposta da Justiça, que não poderiam estar vinculados à instituição – que é a polícia civil, que tem o dever constitucional de reprimir o crime – e parados dentro de uma delegacia de polícia, e que nós pudéssemos mudar essa realidade.

Já no mês de agosto, relacionados a 2011... Foram mandados 119, em 2011, e, neste ano, 250 inquéritos policiais. Se for ver, são mais de 100% de inquéritos policiais remetidos à Justiça.

Em setembro de 2011, foram enviados 78 inquéritos; em 2012, 196 inquéritos policiais, todos com uma marca de mais de 100%. Se formos ver, em números absolutos, 4 mil inquéritos policiais a serem concluídos.

Nós estamos vendo que esse problema já vem de algum tempo. Então, essas medidas, que vou chamar de medidas proativas, de proximidade, porque a polícia também tem que ter proximidade com a população, nós entendemos que a mudança da cultura policial é uma mudança de aproximar a instituição polícia da população, da sociedade. E nós contamos com a recepção, com esse retorno, esse *feedback* das pessoas que nos procuram. É bem difícil, às vezes, para a polícia, num final de semana que tem uma medida protetiva, que ela já está nas mãos com a medida protetiva, porque ela entrou no *site* do Tribunal de Justiça e viu que estava lá, mas ainda não foi cumprida, não foi citado, dado ciência à parte. E às vezes nós vivemos assim.

Nós devemos defender a sociedade e, às vezes, não há aquela segurança de ir lá... “Não, espera aí, tem essa medida? Eu vou lá e vou cumprir”. Porque, de repente, eu estou me deparando com uma mulher e seus filhos ali, como já aconteceu, e ela não tem ninguém nem no próprio Estado do Amazonas. Aí você não pode dizer: “Você vai lá e conversa com a sua família, a sua irmã, e a gente vai...”. Aí ela diz: “Doutor, eu não tenho para onde ir”. E ela se socorre da atenção da autoridade policial; e, às vezes, é um sábado, e a gente vai lá e tenta cumprir aquela situação, porque é uma situação específica. Nós somos humanos e estamos diante da realidade.

Então, a Polícia Civil, desde 2006, numa cidade de praticamente 2 milhões de habitantes, só conta com uma delegacia das mulheres. Ainda assim, nós não paramos. Nós convocamos a delegada de longa estada, Drª Catarina, e a Drª Kathleen, para iniciarmos um projeto para que pudéssemos formar uma delegacia especializada em crime contra a mulher na zona norte, na realidade no limite da zona norte com a zona leste, onde fica a Cidade de Deus, digamos assim, um ponto que divide a zona norte e a zona leste.

O projeto foi realizado, foi pensada toda a delegacia numa estrutura, num sistema de proteção social. A Polícia Civil, salvo engano, tem que ter uma contrapartida de R$134 mil. Nós estamos alavancando o projeto, foi feito o projeto...

Eu acho que nós estamos pensando na problemática de hoje, que não começou hoje, agora, e estamos agindo com um olhar para o futuro. As demandas envolvendo as mulheres têm aumentado cada vez mais, mas nós temos nos esforçado ao máximo com essas medidas. Nós temos um quadro de policiais que já teve baixa de mais de 177 policiais do último concurso público. Então, nós continuamos e estamos colocando...

Então, nós temos 30 unidades policiais. Nós passamos de 17 para 30 unidades policiais. Então, todas essas unidades passam a fornecer o atendimento às mulheres e todas as demandas que nós recebemos ou qualquer reclamação que seja, nós vamos colocá-las a par, seja pela imprensa, seja na notícia, como uma forma de nós estarmos agindo nesse sentido.

Então, acho que essas medidas de campo amplo na capital do Estado, em Manaus, foram feitas dessa forma. É possível, hoje, a mulher procurar na zona leste e encontrar outra base, encontrar delegados de polícia a qualquer hora do dia ou da noite. Ou seja, fizemos uma política diferenciada, prestigiamos a zona menos favorecida da cidade, por uma medida de política institucional, sem que, com isso, estivéssemos pressionados por qualquer organismo social e tal. Aqui, o que nós estamos fazendo é prestar conta do nosso trabalho à frente da Polícia Civil do Estado do Amazonas na área de segurança pública no que nos compete.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Emerson, aproveitando, para o senhor completar as informações, três questões. Em primeiro lugar, os dados de inquéritos que o senhor informou aí somam os dados da delegacia especializada e os casos registrados das DIPs?

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Soma os casos da delegacia especializada,somente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Por isso nós insistimos na necessidade de uma coordenação para que se possa ter um quadro efetivo, porque há um entendimento descentralizado; ele é positivo, mas falta a centralização de informações.

A segunda questão é: quando nós discutimos, como política, as delegacias especializadas, é porque vemos que não há clima, não há espaço, não há condições de atender a uma mulher agredida em uma delegacia comum.

O senhor está prevendo ou já realizou um treinamento especial de qualificação do pessoal que nos DIPs vão atender à mulher vítima de violência? Nós temos absoluta certeza, pela experiência, de que é importante a especialização no atendimento à mulher vítima de agressão, porque, se o atendimento for feito em uma delegacia comum, ela será ridicularizada. Há, no planejamento em curso, o treinamento e a qualificação de pessoas para nos DIPs atender às mulheres vítimas de violência?

A terceira pergunta: o senhor tem prazo, previsão de quando terminará o levantamento que a Corregedoria está fazendo dos 4,500 inquéritos que estão parados, dos quais muitos estejam prescritos?

Essas três questões eu queria que o senhor nos respondesse.

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Primeiramente em relação à demanda de cursos, hoje, especificamente dentro da Polícia Civil, através da Dr. Júlia, sempre tentamos demandar essa questão da resolução de problemas voltados para a questão das mulheres. A Drª Júlia geralmente tem trabalho nessa malha, e isso é favorecido a todas as unidades policiais, como forma de melhorar o atendimento e, principalmente, a questão das mulheres.

Com relação ao prazo dos 4.500 inquéritos. Se nós fôssemos ver essa demanda toda de 4.500 mil inquéritos policiais, nós nos assustaríamos um pouco, institucionalmente, com o número de servidores, que já passamos. Qual é o nosso planejamento para essa situação? A cada mês, nós temos dado vazão à ordem de 100% a mais. Nós temos 90 inquéritos atuais e para frente. Nós estamos repassando à Secretaria, ao Governo a nossa necessidade de efetivo de servidores, porque empacamos nessa dificuldade.

Qual era a nossa vontade com relação a isso? Formar uma força-tarefa, um grupo. Por que um grupo? Nós tentamos formar um grupo para que pudesse... Esse grupo, na realidade, foi formado até onde pôde. Com a expansão das unidades policiais, nós o diluímos, mas ainda o deixamos fortalecido. Embora haja poucos servidores na delegacia, ela ainda é tratada de forma diferenciada, com a nova realidade. O que acontece no nosso sistema de segurança em relação aos policiais que ingressam é que há uma Corregedoria que faz parte do sistema e que demanda servidores da nossa instituição – escrivães, investigadores e delegados de polícia.

Então, em relação ao prazo desses 4.500 inquéritos policiais, a nossa dificuldade maior seria a parte de servidores, porque a nossa estrutura está boa, foi melhorada, e o investimento foi bom. A nossa vontade, dentro desse quadro, seria – estamos fazendo estudos – chamar mais aprovados do último concurso. Qual é a ideia? Formar um grupo, uma força para que pudesse dar vazão a todos os inquéritos e ver quais estão prescritos. Não que esse trabalho não tenha sido feito, mas ele pode ser feito de uma forma mais vigorosa. Do que nós precisamos? De servidores, porque nós precisamos cuidar do que é atual e do que está atrasado. E temos feito isso; nós temos cuidado do atrasado e do atual. Então, temos reforçado muito a questão dos servidores. Nós já temos parecer da Procuradoria-Geral do Estado para ver a questão, porque nós dependemos dessa situação.

Mas ele estava dizendo; “E tem sido feita alguma coisa?” Tem sido, como eu tenho mostrado aqui. Se não fazemos mais é porque realmente nós carecemos de recursos humanos para isso. É ruim para uma autoridade iniciar um dia de trabalho, ou para as delegadas de polícia, iniciar às 8h da manhã e às vezes sair às 19h ou 20h de uma delegacia, sem ter conseguido vencer toda a demanda que é apresentada.

Então, seria o ideal que nós conseguíssemos, não só na questão das mulheres, atender a todas as demandas que viessem, de forma sempre mais eficiente, porque, se as demandas aumentam, nós pugnamos – sempre colocamos isso, Deputada – pela qualidade. Um inquérito policial bem elaborado é a base de um processo sem falhas. Então, nós primamos pela qualidade também. Eu mostro números – mais de 100% aqui –, mas nós primamos pela qualidade. Não interessa fazermos 150%. É melhor que façamos 100%, mas que o façamos com qualidade e que tenhamos a certeza de que cumprimos o nosso papel com relação a essas demandas que envolvem as mulheres, e outras mais.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Depois, quero saber se a Deputada Rebecca tem algum questionamento, mas eu queria, primeiro, solicitar... A Corregedoria está fazendo este levantamento: 4.500 inquéritos são agressões, lesões – sabe-se lá o que ocorreu nesse período. Então, a resposta à violência doméstica tem um caráter emergencial. Imagine um inquérito de 2006, 2007, 2008!

Então, a CPMI deixaria a solicitação de que a Secretaria pudesse nos enviar um prazo... Evidentemente, os problemas de recursos existem, mas parcerias com universidades, forças-tarefas poderiam agilizar para que os processos de agressões a mulheres não ficassem no meio do caminho. Que nós tivéssemos um prazo, porque, pela informação que temos, já se está há 6 meses fazendo um levantamento, e sem muito tempo de previsão. Que nós tivéssemos um teto.

A segunda questão é que, em Itacoatiara, houve uma delegacia especializada em crimes contra a mulher, que foi transformada em delegacia geral. Hoje, temos a ocorrência de um crime ocorrido lá, cujo agressor está foragido, sem localização.

Eu deixaria um registro, porque, evidentemente, a portaria não é de responsabilidade do senhor: que pudesse ser informado à CPMI por que esse retrocesso de a delegacia especializada de atendimento à mulher de Itacoatiara se transformar em delegacia geral, sem a responsabilidade correspondente.

E, neste caso específico, vamos deixar registrado o crime e solicitar que haja uma resposta imediata na localização... A vítima, a comunicação informa que a sua irmã, Mara Marinho da Silva, foi espancada até a morte pelo seu companheiro Ney Félix da Cunha, que tem um apelido de Papão, e até agora não foi localizado. Esse é o boletim de ocorrência que nos chegou, e nós consideramos fundamental que sejam tomadas as medidas necessárias, já que o criminoso está foragido.

A resposta quanto à transformação da delegacia especializada – esse retrocesso – em delegacia geral, nós vamos registrar e dar um prazo para que o senhor possa colocar também a informação e nos indicar.

Deputada Rebecca....

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Deputada, me permita só...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pois não, Dr. Emerson.

**O SR. EMERSON** **NEGREIROS** – Só para que fique uma forma bem... Nós temos 4 mil inquéritos policiais. O que acontece? A maioria dos delitos envolve injúria e ameaça. A mulher, no término do relacionamento, tem aqueles atritos, aquelas ofensas. Nós envidamos todos os esforços nos crimes de maior gravidade. Se temos dez crimes e não conseguimos vencer seis deles, as lesões corporais são atendidas prontamente; casos de estupro encaminhamos para o SAVs, o Sapem. Isso tudo é feito. Nenhum desses casos, como casos graves como estupro, homicídio, que eu poderia aquilatar que ao bem jurídico atingido seja de maior gravidade, que não seja a honra, eles são levados à frente. Se eu tenho 4.000 inquéritos policiais e a maioria deles são crimes contra a honra, os casos de lesão corporal... quando em meados de junho de 2012, uma mulher... Eu chamava a Drª Kathleen e dizia: “Drª Kathleen, uma mulher vai levar três meses para ter uma audiência para ser ouvida, 90 dias? Isso não é possível.” Nós vamos formar uma força aqui e uma mulher tem que ser atendida, é claro, fora os casos graves que são atendidos imediatamente, ela tem que ser atendida, ouvida na sua demanda, em pelo menos 15 dias. Hoje, as audiências, que ocorriam em três meses, ocorrem em 15 dias. Em relação aos crimes de maior gravidade, eles são atendidos com todo o empenho por parte da Polícia Civil. Nós não queremos colocar, dentro desse grupo de inquéritos policiais, casos de maior gravidade como homicídio, lesão corporal, mesmo a lesão corporal leve. Todos os casos são imediatamente encaminhados à justiça.

Em relação a Itacoatiara, ela não foi transformada em um DIP. O que aconteceu foi a nomenclatura. Criaram a lei, o Distrito Interativo de Polícia, mas eles são núcleos especializados, inclusive Itacoatiara tem delegado para o atendimento dessas demandas, ou seja, todos esses dez Municípios do Estado do Amazonas, com exceção hoje de Lábrea e Eirunepé, que não têm delegados em relação ao atendimento das demandas de violência doméstica. Então, Itacoatiara consta, o mesmo núcleo especializado, é questão de nomenclatura, mas existe delegado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– É especifico de violência contra a mulher. Não é contra a mulher, idoso, criança?

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – É, claro, mulher, idoso e criança.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Dr. Emerson, como a gente está avançando no tempo, vamos escutar a Drª Júlia.

Queria, então, que registrasse o papel da CPMI, nosso papel: em primeiro lugar, o registro dos 4.500 são, efetivamente, lesões leves, só ameaças?

A natureza dos inquéritos instaurados e a celeridade de completar o levantamento que foi feito pela Corregedoria. Essa é uma informação.

A segunda informação acerca do treinamento e qualificação para que o atendimento especializado nos DIPs seja feito corretamente.

Em terceiro lugar, qual é a forma de controle sobre as medidas protetivas e, evidentemente, um dos problemas que a gente enfrenta em outros Estados, mas particularmente aqui, é que nós não temos o retorno até do período de distribuição – porque, no caso, não é responsabilidade da Secretaria, é do Poder Judiciário –, a centralização da distribuição cria problemas porque uma intimação que a mulher deveria receber no outro dia vai receber um mês depois. A essa altura já apanhou o suficiente.

Então, esse é uma das questões que a gente gostaria de saber e, por último, um balanço completo, para precisar as informações onde existem as delegacias especializadas da mulher no Estado do Amazonas e o planejamento do treinamento e qualificação que os núcleos especializados nos DIPs e nos núcleos de interior têm para o pessoal que vai atender à violência contra a mulher.

Nós daríamos um prazo para que o senhor pudesse nos dar essas informações com maior precisão.

A Deputada Rebecca não está.

Eu agradeço, Dr. Emerson, sua disposição, a sua abertura e passamos a palavra, de imediato, à Drª Júlia para completar as informações.

**O SR. EMERSON NEGREIROS** – Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Alertamos também ao sistema esse caso de Itacoatiara, que deve merecer uma atenção especial para que seja exemplarmente apresentado à sociedade.

Com a palavra a Drª Júlia Belota, para completar essas informações da Secretaria de Segurança. Nós ampliamos o prazo dado o volume de informações e a responsabilidade que consideramos que tem que ter a Secretaria de Segurança.

**A SRª JÚLIA** **BELOTA** – Cumprimentando todos os nossos representantes, a Deputada Jô e todos os companheiros que estão à Mesa, nós gostaríamos de ganhar um pouquinho de tempo, já que todos foram cumprimentados, e falar um pouco do que a polícia e a Secretaria de Segurança têm feito para melhorar a qualidade do atendimento a todas as pessoas e também à mulher, em específico à mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Júlia, a gente daria prioridade às respostas às perguntas feitas e depois aos comentários gerais.

**A SRª JÚLIA BELOTA –** Neste ano, o Estado do Amazonas implantou o Ronda no Bairro, um programa que atende à necessidade de praticamente toda a população, com relação à violência. E, no Ronda no Bairro, nós fizemos um treinamento para todos os policiais civis e militares e todos eles, de forma transversal, foram treinados para o atendimento também da mulher.

Além disso, nós fizemos um curso de resolução de problemas, no qual envolvemos no treinamento não só policiais civis e militares, como todas as nossas companheiras da Seas que trabalham no projeto A Minha Vida e estão presentes em todas as unidades policias para trabalhar não só a repressão dos crimes contra a mulher, mas também tivéssemos um trabalho preventivo com relação a esses crimes.

Então, a polícia tem treinado e, a partir do próximo ano, nós vamos treinar todos, porque a educação tem que ser continuada. Você treina hoje e, amanhã, reforça o treinamento e utiliza outros mecanismos pedagógicos para que as pessoas possam, vivenciando situações, melhorar o atendimento. Então, nós temos feito exatamente desta forma: treinamos todos para atender a todas as pessoas e melhorar o comportamento, inclusive a sensibilidade no atendimento às questões contra a mulher, porque muitas vezes nós temos um processo de socialização, e as pessoas não são socializadas para perceber a mulher como um ser a ser respeitado. Nós somos machistas, inclusive nós, mulheres, e educamos dessa forma. Então, precisamos trabalhar o processo educativo.

Também no trabalho do Ronda, nós vamos trabalhar as comunidades. E, nas comunidades, nós também pretendemos trabalhar a educação, o processo educativo da própria mulher, para que ela possa buscar a sua autopreservação, porque, muitas vezes, nós não sabemos como cuidar da nossa segurança. Nós somos, às vezes, levados pelo emocional e pelo emocional nós somos vítimas. Então, precisamos trabalhar isso, fortalecer a mulher, fortalecer a família, porque num lar onde há violência doméstica, há a perpetuação exatamente desse exemplo.

Então, precisamos trabalhar a família como um todo, a comunidade... Não precisa nem ser a vítima, mas a sociedade como um todo precisa perceber a necessidade de respeito ao outro e principalmente à mulher, ao idoso, porque se perderam esses valores. E nós precisamos resgatá-los e através das famílias, já nas comunidades, como um processo preventivo, doutora.

Não só estamos trabalhando o treinamento de policiais para executar a atividade, fazer melhor o seu serviço, fazer uma escuta mais afetiva, oferecendo à mulher oportunidade de, inclusive, mediar os seus conflitos, ter formas de trabalhar o conflito familiar para que não chegue à violência, de uma maneira preventiva, como também precisamos trabalhar a comunidade em primeiro lugar, para que as famílias sejam fortalecidas e para que se evite a falta de respeito.

Essa é a visão que nós temos de educação, do treinamento para mudar uma realidade social. É assim que nós estamos vendo o treinamento, mas estamos à disposição.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Júlia, nós tínhamos feito perguntas...

Qual foi a última capacitação específica sobre violência contra a mulher realizada com os policiais civis?

**A SRª JÚLIA BELOTA –** Este ano...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Específica sobre a questão.

**A SRª MARIA JÚLIA BELOTA LOPES –** Observe.

Este ano nós fizemos de forma transversal. No ano passado, nós fizemos de forma específica. Este ano, nós fizemos, porque nós precisávamos treinar todos os policiais, civis e militares, para trabalhar no Ronda, para trabalhar as questões de violência no geral, inclusive contra a mulher, contra o idoso. Só que, para o próximo ano, já temos previsto o treinamento específico. O único treinamento específico que nós fizemos não foi para trabalhar a repressão, mas a prevenção, que foi na resolução de problemas. Nós também já trabalhamos este ano, mas como prevenção, não como repressão.

Para o próximo ano, nós vamos trabalhar já a questão da repressão, como eu vou trabalhar uma mulher que chega vitimizada. Nós já trabalhamos isso de forma transversal, no Ronda no Bairro, mas nós vamos trabalhar especificamente para o atendimento em todas as unidades policiais, porque todos os nossos profissionais foram treinados este ano.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Rebecca, algum questionamento?

Drª Júlia, fica registrada a nossa preocupação de que a portaria de descentralização, uma iniciativa correta, dada a distância que a especializada tem dos bairros mais vulneráveis, não foi acompanhada com a mesma intensidade do treinamento e qualificação específicos das pessoas que vão atender às mulheres.

Nós gostaríamos de registrar, porque a nossa preocupação é com a mulher vitimizada, no caso da Secretaria de Segurança Pública e da qualificação de pessoal.

**A SRª JÚLIA BELOTA** – Deixa-me só prestar um esclarecimento, que eu talvez não tenha sido muito clara.

Nós trabalhamos essa orientação, mas não fizemos especificamente um treinamento só para isso. Eu trabalhei, nós trabalhamos o treinamento no próprio treinamento geral, que era um treinamento de 150 horas. Então, estava lá também esse tratamento. Só que, para o próximo ano, nós vamos fazer treinamentos mais curtos e vamos usar uma metodologia que possa sensibilizar muito mais, porque em treinamento mais curto nós podemos fazer isso melhor do que em treinamentos mais longos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a informação e deixamos registrada, primeiro, a emergência que se realize um treinamento especializado que garanta que, em cada núcleo do interior, delegacia geral e cada DIP, possa haver pessoas treinadas e qualificadas especialmente para atender à mulher vitimizada e, em segundo lugar, um processo permanente para que a academia possa absorver essa lógica.

Nós agradecemos a presença da Drª Júlia. Nós aguardaremos, então, da Secretaria de Segurança, Dr. Emerson, as outras informações. E passaríamos, agora, para a próxima pessoa a responder a algumas questões aqui pendentes.

Antes, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Dr. Nélson Fraiji, Diretor Presidente da Fundação Hemominas; da Srª Rosicléa dos Santos, do Conselho Estadual dos Direitos de Mulheres do Amapá; da Srª Inaílza Barata, Secretária Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá; da Vereadora Lúcia Antony, representando a Câmara Municipal de Manaus; da Vereadora Elenize Holanda, representando a Câmara Municipal de Itacoatiara; da Srª Isis Tavares, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulheres.

Sei que estão presentes várias entidades dos movimentos de mulheres e gostaria que chegasse até as minhas mãos para que a gente pudesse registrar, em audiência pública, a importante presença da sociedade civil organizada aqui. Também presente aqui – já falei – a Vereadora de Itacoatiara.

Nós vamos convidar agora, para as suas informações, o representante do Secretário de Saúde, que nos comunicou não estar presente em Manaus, e indicou o Dr. José Duarte dos Santos Filho, o Secretário Executivo. Nós temos a satisfação de escutá-lo. Antes das suas palavras, a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Rebecca Garcia, que a colocará os questionamentos, Secretário, lembrando que há dois gerais, que ele já falou. A Deputada pode até repetir os dois anteriores, gerais, e os demais, específicos, para o senhor.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Então, as perguntas gerais: o que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

Qual é o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento às violências contra a mulher em 2012 e 2013?

Agora vamos para as perguntas à Secretaria de Saúde: qual é a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, negras e da floresta?

Há serviço de abortamento legal na capital e no Estado?

Como as mulheres acessam os serviços?

Quantos abortamentos legais foram realizados nos últimos 5 anos?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido, em todo o Estado, o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais?

Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Há capacitação específica para os agentes de saúde atuarem respeitando as culturas indígenas?

Recebemos denúncias de que as mulheres indígenas sofrem abusos no parto. Há capacitação dos profissionais de saúde para lidarem com as mulheres indígenas, respeitando as culturas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Com a palavra o Dr. José Duarte, que terá até 20 minutos para as respostas. Eu sugeriria que fossem respondidas as questões e, em seguida, as considerações gerais, porque, para nós, a CPMI, em todo o Estado, cumpre uma rotina e tem que responder a essas questões em todos os Estados do Brasil.

Em seguida, as considerações que o senhor considerar importantes.

**O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO** – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher; a Deputada Ângela Águida Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; a Drª Jaiza Fraxe, Presidente do Tribunal Regional Federal; Deputada Conceição Sampaio, autora da propositura; e a Deputada Rebecca Garcia, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

E gostaria de cumprimentar todos os presentes, a sociedade civil organizada. E passarei agora às considerações sobre as perguntas que me foram feitas.

Bem, a questão da violência contra a mulher, como já foi dito aqui anteriormente, é assunto para ser tratado com toda a sociedade. Todos nós somos responsáveis. E, no âmbito da Secretaria de Saúde, algumas políticas estão sendo implantadas e desenvolvidas, para que a gente possa, evidentemente, combater esse assunto tão importante que está sendo discutido pela CPMI.

Estatisticamente, nós não dispomos de números reais sobre a questão de atendimento na área da saúde. Por que isso? Porque, evidentemente, dentro da Secretaria de Saúde, nós temos um protocolo de que todo atendimento de agravo – que é exatamente a atividade-fim da Secretaria de Saúde, onde nós entramos para o combate –, nós temos como obrigação comunicar às autoridades policiais. E nisso, evidentemente, há uma inibição em relação ao fato em si, à ocorrência, para que a gente possa, evidentemente, dar essa informação às autoridades policiais, porque existe a vergonha, a pessoa não quer se expor. Está entendendo? Isso, realmente, dificulta muito, e acabamos atendendo, na nossa atividade, o agravo como sendo uma consequência normal de um fato qualquer, de uma queda, então é muito difícil ter esses números em mãos, para que a gente possa, evidentemente, ter uma estatística e ter a elaboração de políticas públicas dentro exatamente dos números reais, para combater esse tipo de violência. Está entendendo?

E a nossa atuação se restringe exatamente ao efeito e não à causa. Por quê? Porque a gente não toma conhecimento da causa. Na realidade, a gente só toma conhecimento através do agravo. Quando a gente atende, nas nossas unidades de saúde, essas pessoas – está entendendo? –, evidentemente, não tomamos conhecimento daquilo que realmente ocorreu, isso dificulta, daí não termos números reais, números exatos, para que a gente possa, realmente, oferecer mais políticas públicas, mais serviços.

Atualmente, dentro da estrutura do Estado, ofertamos as SAVVIS. Hoje, temos quatro SAVVIS, que são os Serviços de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Temos, no Estado do Amazonas, essas quatro. No âmbito do Município, temos uma, que é na Maternidade Moura Tapajós, pertencente ao Município; temos uma inaugurada, recentemente, no Instituto da Mulher; uma no Hospital Francisca Mendes; e, no interior, temos no Município de Manacapuru, também, esse serviço de atendimento.

Existe uma expansão com vistas a expandir mais esse serviço, que exatamente essa expansão, essa ampliação, implementação, está se destinando mais ao interior do Estado. Estamos com um projeto já em andamento de implantação em 8 Municípios que vão também dispor, já nesse primeiro semestre de 2013, também com esse serviço. Evidentemente, a gente está expandindo esse serviço mais para o interior, em função de lá ser mais precário esse tipo de serviço, esse tipo de atendimento. Está entendendo?

E, na verdade, o nosso apoio para essas SAVVIS é mais no que se refere à implementação, à ajuda na implementação, ao apoio na implementação e na qualificação, também, desses profissionais.

Assim como já foi dito, aqui, também, temos algumas dificuldades em relação à RH. Para isso, já enviamos, já concluímos os estudos, isso já está em vista de chegar ao Governador – está entendendo? –, o nosso concurso público. E, nesse concurso público, evidentemente, estão esses profissionais, para que a gente possa, também, adequar, nas nossas unidades de saúde esses serviços; para que a gente possa atender, na realidade, esses pacientes, vítimas desses agravos.

Algumas perguntas, vou me permitir enviar depois à CPMI, por não dispor, nesse momento, de dados necessários, para que a gente possa elucidar essas questões.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) –Secretário, no caso da notificação compulsória da violência doméstica sexual, se entendi bem, queria saber do senhor qual a abrangência que alcança, hoje, em toda a estrutura da Secretaria de Saúde, essa notificação e a informação, que o senhor falou. Quando falou de timidez, de inibição, de registrar, não entendi se o senhor estava falando se referindo à notificação compulsória ou à atitude da mulher, porque a notificação é compulsória, então independe de qualquer tipo de atitude da vítima.

Só que o senhor esclarecesse um pouco e nos colocasse a abrangência da notificação compulsória que deveria existir em toda a rede de saúde no caso das vítimas de violência doméstica.

**O SR. JOSÉ DUARTE** **DOS SANTOS FILHO** – Na realidade, seria a parte do atendimento. Hoje o que ocorre nas unidades de saúde? Quando atendemos as pessoas, esses pacientes com agravo, naturalmente que nós fazemos uma espécie de cadastro. Nós temos um pessoal especializado que, na realidade, a gente constitui uma espécie de cadastro, e um dos pontos importantes desse cadastro é exatamente o que redundou aquele agravo. Ou seja, o que na realidade provocou aquele agravo, porque, nessa estrutura toda, nós temos a obrigatoriedade de, quando no agravo, de, quando há uma violência, nós comunicarmos às autoridades policiais, está entendendo?

E, naturalmente, por que se fala em não números reais? Porque normalmente a mulher oculta essa informação. É muito difícil identificar essa questão do agravo, da causa em si, o que causou aquilo, porque a mulher, normalmente, por inibição ou por não querer se expor, ela oculta essa informação, está entendendo? Preferindo informar que às vezes é uma queda, às vezes se bateu, ou seja, não nos dá a informação correta daquilo que na realidade ocorreu para que a gente possa identificar a causa e a gente possa identificar e passar para as autoridades, na realidade, para que possam registrar aquilo como estatística de que aquilo ocorreu através de uma violência, está entendendo?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem a informação, no caso, de que, se há uma maternidade para a realização do abortamento legal e se há casos mais recentes, se há alguma estatística relativa à questão do abortamento legal?

**O SR. JOSÉ DUARTE** **DOS SANTOS FILHO** – A parte de estatística nós não temos, Excelência. A parte de estatística nós, eu posso depois passar à CPMI. O que nós temos nas nossas maternidades, por exemplo, a do Município hoje já está preparada para isso, que é a Maternidade Moura Tapajós, nós temos o nosso Instituto da Mulher também, que já está preparado para isso, e nós temos a nossa Maternidade Ana Braga, que também está preparada e tem esses serviços profissionais necessários para que a gente possa fazer o atendimento do abortamento legal.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem até 10 de dezembro para o envio das informações por conta do prazo do relatório. Agora, pode continuar com as suas considerações mais gerais.

**O SR. JOSÉ DUARTE** **DOS SANTOS FILHO** – As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? É garantido pelo Estado todo o *kit* para profilaxia da contracepção de emergência das mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque? Sobre essa questão, nós temos, evidentemente, duas unidades, e, principalmente, uma unidade de referência, que é a nossa Fundação de Medicina Tropical, em que essas pacientes, na medida em que são identificadas, são encaminhadas para essa Fundação de Medicina Tropical, que faz o acompanhamento de toda essa fase e garante toda essa parte desse *kit* de contracepção. Então, nós temos a Fundação de Medicina Tropical que cuida exatamente dessa área de vítimas de crimes sexuais.

Há capacitação específica para agentes de saúde para atuarem respeitando as culturas indígenas? Sim, nós temos, sim. Nós temos a capacitação dos nossos agentes de saúde, que são capacitados para identificação disso aí e que fazem um trabalho importante dentro da cultura indígena, isso, evidentemente, com a política do Ministério da Saúde, que a saúde indígena é também de responsabilidade do Ministério da Saúde. Juntamente com o Governo do Estado, nós fazemos também esse acompanhamento junto às nossas unidades, principalmente em regiões do Alto Solimões, que é onde ocorre maior incidência desse tipo de crime.

Recebemos denúncias de que as mulheres indígenas sofrem abusos de parto. Há capacitação dos profissionais de saúde para lidar com mulheres indígenas respeitando suas culturas? Essa é uma ação, uma atividade bastante difícil e bastante específica. Nós temos, nas nossas unidades, principalmente em algumas unidades de saúde nossas, algumas atividades, alguns serviços, tanto na capital, quanto, principalmente, no interior do Estado, pessoal amplamente capacitado e treinado no âmbito da cultura indígena. Então, nós temos, sim, esse serviço, embora meio precário, mas nós temos. Na capital, nós já temos algumas unidades que trabalham com essa cultura e mais na parte do interior, principalmente em parte do Alto Solimões, que é onde se dá o maior nível populacional do Estado, nós temos profissionais capacitados para lidar com essa questão da saúde indígena. Todo esse projeto é compartilhado com o pessoal do Ministério da Saúde em nível federal.

Especificamente, creio que as perguntas, aquelas que ficaram sem resposta, há o compromisso de nós passarmos à CPMI, dentro de um prazo razoável, para que a gente possa dar os esclarecimentos necessários, e dizer, no âmbito geral, que, como já foi dito aqui, anteriormente, a preocupação com a violência contra a mulher é generalizada, é responsabilidade de todos nós, da sociedade como um todo.

Evidentemente, o Governador, dentro da política de saúde e da política de segurança pública, está totalmente imbuído de bons propósitos, a gente está trabalhando em políticas públicas, em políticas de saúde, para que a gente possa, evidentemente, trabalhar e dar sustentação a essa atividade da área de saúde e que a gente possa, evidentemente, dar o acolhimento necessário a todos os pacientes, a todas as pessoas que nos procuram.

A Secretaria de Saúde realmente está à disposição para discutir política de saúde, para discutir política pública, para discutir com a sociedade e eu me coloco à disposição para que a gente possa, evidentemente, criar o que for necessário para que a gente possa ofertar e dar o atendimento e o tratamento necessário a essa questão da violência contra a mulher. Estamos aqui totalmente à disposição da CPMI e de toda a sociedade para que a gente possa elaborar políticas em conformidade com a política do Governador Omar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. José Duarte, já caminhando para o fim, existem duas questões. A primeira questão que nós sentimos é a fragilidade da estrutura de notificação compulsória para que se tenha dados reais.

A Vereadora Elenize, de Itacoatiara, insiste na necessidade de que sedes do interior possam ter médicos especializados, de preferência médicos legistas, mas serviços especializados para que haja uma resposta imediata. Uma mulher que tem uma agressão sexual pode ser contaminada, pode engravidar, e a atenção imediata desses núcleos de saúde e a especialização são uma necessidade. Então, nós deixamos registrada aqui essa importância, destacando algumas áreas – o Alto Solimões, Coari, Parintins –, onde as particularidades dessa região levam ao crescimento dos crimes sexuais.

A segunda questão o senhor já colocou. A Vereadora Lucia Antony gostaria de saber que era a estatística das notificações compulsórias realizadas pela Secretaria nesse período. O senhor já disse da vulnerabilidade da estatística, mas que daria, mesmo dentro da vulnerabilidade, no prazo de até 10 dias, as informações necessárias para que a gente possa tomar, com o apoio do Ministério da Saúde, um reforço dessas notificações.

A Deputada Rebecca gostaria de uma questão para o Dr. José Duarte.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Nós também temos aqui a informação da Justiça Federal, um *e-mail* da Drª Jaiza Fraxe, de que uma das demandas das comunidades indígenas junto à Justiça Federal é se haveria possibilidade de não proibir à mulher indígena em tratamento junto à Secretaria de Saúde de utilizar a medicina convencional e a tradicional.

**O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO** – Isso é um assunto bem específico e bem polêmico que, na realidade, eu, particularmente, não tenho condições técnicas para responder, haja vista que eu, além de não deter o conhecimento necessário, não seria leviano aqui para dar uma opinião que pudesse. Eu gostaria de conversar com os técnicos da Secretaria, com os médicos. Eu não tenho formação médica e, então, fica difícil responder a esse tipo de questionamento.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós também daremos um prazo porque essa é uma questão específica muito importante e uma particularidade da região e do Estado do Amazonas. A CPMI, para fazer recomendações ao Ministério da Saúde e, no caso específico, à Funai, para a construção da parceria, necessita dessas informações. Então, nós também colocamos no prazo para que o senhor possa, junto com o Secretário da Saúde e com o especialista responsável, nos trazer essa informação.

**O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO** – Pois não.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos.

Mais alguma coisa, Dr. José Duarte?

**O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO** – Não. Acredito que nós possamos, junto ao nosso corpo técnico, trabalhar essas políticas e nos comprometemos com a CPMI e com a sociedade em geral de trabalhar a questão dessas políticas públicas e de mandar para esta CPMI as respostas aos questionamentos que não foram respondidos aqui, para que a sociedade possa tomar conhecimento daquilo que a Secretaria de Saúde está fazendo em prol e para resolver, para solucionar ou, pelo menos, para minimizar essa questão da violência contra a mulher.

Agradeço muito a participação.

Muito obrigado por tudo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Dr. José Duarte, que representa aqui o Secretário de Saúde, Dr. Wilson Duarte Alecrim.

Antes de passarmos para escutar a próxima e última representação do Executivo, a Deputada Rebecca registra algumas presenças importantes.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Rosana Moraes, representante da Coordenadoria da Mulher da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, da Srª Rosaly Pinheiro, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da Profª Elizoneide Rodrigues, Presidente da Associação Afrodescendente Indígena da Amazônia e coordenadora do Coletivo de Mulheres Negras – AM, da Srª Noêmia Fernandes, dirigente do Movimento de Mulheres do PDT.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu também registrei aqui a presença da representante da Marcha Mundial de Mulheres, da representante da União Brasileira de Mulheres, a Vanja, da representante da Associação das Dona de Casa, da representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, da representante da Almas e de algumas outras que vocês me passarem para que eu possa fazer o registro.

Representando a Secretária de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas, a Drª Regina Fernandes do Nascimento, usarão da palavra, no tempo, a Srª Keith Bentes, da Coordenação da Rede Mulher, e a Srª Graça Prola, Secretária Executiva. Iniciaremos pela Srª Graça Prola, que ocupará o espaço.

Antes de a Deputada Rebecca usar a palavra, quero registrar a mensagem que recebi ontem, às 23h25, da Senadora Vanessa Grazziotin:

*Cara Deputada Jô Moraes,*

*Quero registrar a alegria pelo fato de esta importante CPI estar em Manaus. Sei que, como em todo o Brasil, também no Amazonas, a CPI no ajudará muito nos esforços de combate à violência contra as mulheres.*

*Infelizmente, aí não posso estar por participar da delegação oficial do Senado Federal na China.*

*Através da senhora e da nossa Relatora* ‘ad hoc’*, cumprimento as demais Parlamentares presentes e, em especial, os movimentos de mulheres do Amazonas.*

*Abraços a todos.*

*Senadora Vanessa Grazziotin.*

Neste momento, a Senadora deve estar dormindo, porque o horário é contrário. Ela ontem estava almoçando quando enviou a mensagem por telefone.

Com a palavra, a Deputada Rebecca Garcia, para colocar as questões à Secretária.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – As duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes – Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública –, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento da violência às mulheres em 2012 e 2013?

Agora as questões específicas da Secretaria da Assistência Social. Visitamos o Centro de Referência, cujo prédio tem boa estrutura, mas subaproveitado. Nesse prédio poderia funcionar, além do Cream, uma delegacia especializada e uma vara especializada, otimizando os recursos. Há alguma iniciativa nesse sentido?

Há capacitação específica para os Creas lidaram contra a violência doméstica contra mulheres para preservar o direito das mulheres?

Há alguma política para atender as mulheres indígenas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Srª Graça.

Quero lembrar que as duas, em conjunto, têm até 10 minutos e dividirão o tempo, na medida das suas compreensões.

**A SRª GRAÇA PROLA** – Boa tarde a todos e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Rebecca Garcia. Quero cumprimentar a Deputada Federal Jô Moraes, que coordena, a Deputada Ângela Águida Portella, de Roraima, a Drª Jaiza Fraxe, e a companheira Conceição Sampaio, que apoia, promove e coordena no Estado esta audiência pública.

Nós, da Secretaria de Estado de Assistência Social, a partir do ano de 2007, tomamos a iniciativa de priorizar no Estado, onde até então todo o trabalho de assistência, proteção e defesa dos direitos das mulheres foi historicamente trabalhado pelos movimentos sociais, uma discussão para a implantação de uma rede de serviços, atendendo às normativas legais vigentes. Dessa forma, criamos uma rede estadual de serviços, que comporta o Serviço de Apoio Emergencial à Mulher, que tem funcionamento diuturno e fica atrás da delegacia especializada. Lá, com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogado, prestamos apoio técnico, fazemos oitiva qualificada e encaminhamos algumas medidas protetivas, apoiando a Delegacia Especializada em crimes contra a mulher, atendendo também às demandas que vêm de dos distritos integrados de polícia, 20 distritos da capital.

Trabalhamos articulados com a Secretaria de Segurança Pública. Recentemente, nos anos 2011 e 2012, na formação tanto dos policiais militares quanto dos policiais civis concursados e recém-nomeados para a Secretaria de Segurança Pública em conteúdo específico sobre combate à violência e defesa dos direitos da mulher. Nós, da Secretaria de Assistência Social, trabalhando com a normativa nacional, estamos criando a Câmara Técnica, já temos o primeiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, e aí aproveito para responder a questão das mulheres indígenas. Nós não temos uma política para as mulheres indígenas de forma específica, mas, dentro do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, nós temos ações direcionadas para a defesa dos direitos das mulheres indígenas e, consequentemente, dentro dele o combate à violência.

Do ponto de vista orçamentário, nós tivemos, como Secretaria de Estado, no ano de 2010, um orçamento de R$2.055.402,50 do Tesouro estadual e agora, em 2012, nós estamos executando um orçamento com recursos do Tesouro estadual na ordem de R$2.972.636,98. Nos três anos (2010/2011/2012), nós temos um orçamento de R$6.508.352,03. Para 2013, nós estamos ainda trabalhando a decodificação orçamentária, seguindo as orientações governamentais, portanto, eu não tenho ainda um dado absolutamente fixo para dar agora.

Com relação ao Centro de Referência, nós já temos articulada uma pactuação, acho que a Drª Patrícia está aqui, a Desembargadora Socorro Guedes já fez a visita no Cream. Nós, do Governo do Estado e especialmente da Secretaria de Assistência Social, já disponibilizamos salas, Internet, a estrutura básica para funcionamento de uma vara especializada para atendimento dos crimes contra mulheres no Centro de Referência Estadual de Apoio à Mulher, que funciona no NAC sul, no bairro de Educandos.

A Delegacia Especializada, não tínhamos pensado nisso, é uma propositura que pode ser levada para integrar os serviços tanto do atendimento especializado que o Cream presta na redução dos danos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar bem como centralizar e trabalhar de forma mais rápida e mais célere, garantindo ali um centro integrado, se for o caso.

Faz parte da missão institucional da Secretaria de Estado de Assistência Social, porque coordenamos a política de assistência no Estado, prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios que têm as unidades de pontas, que são os Cras – Centro de Referência da Assistência Social e os Creas – Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Nós, então, quando da implantação de Cras ou de Creas, imediatamente, estamos presentes para fazer uma capacitação dentro de um programa de formação continuada para os trabalhadores do Suas que atendem, na ponta, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Claro, trabalhamos também a garantia de direitos através das oficinas populares que desenvolvemos, trabalhamos com as mulheres em situação de prisão e fazendo todo um trabalho comunitário articulado com os órgãos que compõem o Sistema Único de Assistência Social do Estado.

Em que nós, do Poder Executivo, temos trabalhado intensivamente no sentido de que essa rede, na verdade, seja interiorizada? Hoje nós estamos presentes em 33 Municípios que já têm os Creas e 70 Cras espalhados nos 62 Municípios, uma vez que Manaus tem 18 Cras. Nós atuamos integradamente, garantindo não só a formação, mas prestando, através do cofinanciamento do Estado, a passagem de recursos financeiros para a execução das atividades.

Nós trabalhamos de forma articulada, tentando garantir, na verdade, uma pactuação formal, institucionalizada, na execução dos serviços.

Ontem a Deputada chamava a atenção para a necessidade da existência de um documento, porque a pactuação não pode ser personalista, da Graça Prola com a Drª Caroline, mas da Secretaria de Estado de Assistência com a Secretaria de Segurança Pública. Nós já estamos providenciando.

Passo a palavra para a minha companheira de trabalho. A coordenação estadual está situada na Secretaria de Assistência, dentro do Departamento de Proteção Social Especial, e a Kate faz as suas considerações.

**A SRª KATE BENTES** – Boa tarde.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para efeito das notas taquigráficas, com a palavra a Srª Keith Bentes, da coordenação da Rede Mulher.

**A SRª KEITH BENTES** – Meus cumprimentos à nobre Deputada Jô Moraes, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Mesa.

Pelo avançado da hora, eu gostaria só, Deputada, de chamar a atenção para a capacitação, que é uma das perguntas aqui. Temos trabalhado com recursos do Governo do Estado e, especificamente para o ano de 2013, com recursos da SPM. É uma capacitação bem ampliada para conselheiros de Direito, para os servidores da assistência social, para representantes dos movimentos populares no mês de abril. Teremos essa capacitação para todo o Estado e para os representantes da capital. Eu gostaria só de chamar a atenção para isso, porque é recurso do Governo e recurso do Governo Federal.

Essa capacitação já está sendo toda capitaneada pela Secretaria, pelos nossos departamentos que compõem a nossa equipe, nosso *staff* de planejamento. Como essa é uma questão que foi levantada aqui, eu gostaria de deixar claro que se trata de uma capacitação específica de mulheres em situação de violência, no acolhimento dessas mulheres, no atendimento e, principalmente, na definição de fluxo, para quem será encaminhada situação de violência caso seja identificada no Cras (Centro de Referência da Assistência Social), da proteção básica, e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Então, como fazer isso? Não é só a acolhida, mas para quem encaminhar; como a rede está, naquele Município, identificada; que pacto há de atendimento dentro de cada Município. Então, são essas questões que serão tratadas nessa capacitação.

**A SRª GRAÇA PROLA** – É importante salientar, Deputada, que nós, também, temos um aporte financeiro, agora, em 2012, através da modalidade convenial, de R$1.116.271,00, da Secretaria de Política para as Mulheres, ainda para a criação e instalação de um banco de dados e também a estruturação da coordenação dos serviços de atenção à mulher.

Queremos salientar também que nós trabalhamos ainda mantendo a casa abrigo – nós temos uma casa abrigo – e estamos trabalhando celeremente na interiorização de alguns serviços da rede, obedecendo, claro, o Sistema Único de Assistência Social.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só para efeitos da nota taquigráfica, retomou a palavra, após a Srª Keith, a Srª Graça Prola.

Alguma questão, Deputada Rebecca? (*Pausa.*)

Queríamos só nos informarmos, embora não seja de responsabilidade da Secretaria, se há alguma política de expansão dos centros de referência nos Municípios do Estado, se há alguma articulação de construção de centros de referência municipais a partir da coordenação da Secretaria.

**A SRª GRAÇA PROLA** – Deputada, essa é uma situação ainda não resolvida no Governo Federal.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retomou a palavra a Srª Graça Prola.

**A SRª GRAÇA PROLA** – Não é resolvida no Governo Federal. De um lado, o Ministério do Desenvolvimento Social, que capitaneia a Política Nacional de Assistência Social, garante que o atendimento especializado pode e deve ser feito através das unidades Creas, situadas nos Municípios, e que os centros de referência...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Srª Graça, traduzindo para o que nos escutam, Creas...

**A SRª GRAÇA PROLA** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. E essas situações da mulher vítima de violência podem ser atendidas na compreensão do MDS, dentro dos Creas, e que as organizações da sociedade civil ou mesmo do Poder Público podem executar atividades complementares para atender essa mulher vítima sem necessidade de uma estrutura própria que temos aqui e alguns Municípios de grande porte – não no Estado do Amazonas, mas em outros Estados – têm, que são os Centros de Referência e Apoio à Mulher.

Fizemos uma proposta para a Secretaria de Mulheres, mas a própria Secretaria hoje recua no aporte financeiro para a construção desses centros, exatamente em razão dessa indefinição das instâncias federais com relação a consolidar o Sistema Único de Assistência Social e não pulverizar outros serviços, recortando, na verdade, o sujeito e o público alvo da assistência social.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A orientação da Secretaria de Assistência Social do Estado nesse aspecto tem concordância com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, para que a assistência específica à mulher vítima de violência seja realizada pelos conselhos municipais...

**A SRª GRAÇA PROLA** – Não, dos Creas, não é? Nós estamos trabalhando com a lógica do Sistema Único de Assistência Social e, claro, atendemos os Municípios que têm demanda com os centros de referência; via de regra os prefeitos articulam com os Deputados através das emendas parlamentares.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Rebecca, Srª Keith.

Queríamos então deixar registrado, Srª Graça, em primeiro lugar, que visitamos o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cream), que é uma estrutura muito importante. A nossa discussão, hoje, com o Governador Omar Aziz foi no sentido de utilizar a estrutura do Cream (Centro de Referência Especializado à Mulher) para criar um complexo integrado onde exista o Núcleo de Delegacia da Mulher, onde vá se localizar o novo juizado especializado da mulher, onde funcione também nossos promotores do Ministério Público e onde já existe a defensoria pública. A construção desse complexo integrado que funcione onde hoje funciona o Centro de Referência Especializado à Mulher será uma importante conquista. Queremos registrar aqui para que os movimentos sociais possam acompanhar, controlar e lutar pela efetivação daquilo que seria muito importante.

Agradecemos a presença e a contribuição das senhoras e passaremos agora a escutar não mais o Executivo, mas o Poder Judiciário, aqui representado pelo Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa e pela juíza Drª Patrícia Macedo de Campos, juíza titular da Vara Especializada de Violência Doméstica.

Queremos aqui, antes de passar a palavra para a Deputada Rebecca, fazer mais alguns registros e fazer um questionamento: registrar nosso sentimento de absoluta incompreensão da Vara Especializada, única vara existente aqui, estar há 5 meses sem um juiz titular. Isso significa uma imensa dificuldade para o funcionamento e para agilização dos processos que ali chegam. Por mais dedicada – e nós somos testemunhas da dedicação da Drª Patrícia, da compreensão que ela tem da necessidade da agilização e de dar conta –, uma vara especializada que não conta com o que seria uma estrutura regular, que é o titular e dois juízes auxiliares, não pode ser superado ou resulta em agravos da situação da mulher no Estado do Amazonas.

Então, tenho conhecimento de que parece que tomou posse o novo Presidente do Tribunal de Justiça e nós apelamos e insistimos para que uma resposta efetiva seja dada, não apenas nos limites da cidade de Manaus. Uma boa notícia que nos foi dada hoje, pelo Governador Omar Aziz, pelo testemunho da Deputada Rebeca e da Deputada Conceição, de que há já um entendimento na criação do juizado – que é uma instância que responde de forma mais efetiva, como nos informava a Drª Patrícia. Mas também que haja interiorização da ação das varas especializadas, sobretudo daquelas áreas como nós, como dissemos, que são as mais vulneráveis. A região de Coari, a região de Parintins, a região do Alto Solimões, que são áreas onde a vulnerabilidade da mulher se dá de forma mais efetiva e que precisa ter respostas.

Então, registro aqui o nosso mal-estar em verificar uma vara especializada sem titular há cinco meses. E registrar e testemunhar que a Drª Patrícia realmente está fazendo o possível e o impossível, com uma parceria, Deputada Conceição – o Deputado Ricardo não está aqui –, importante da Assembleia Legislativa, na disponibilização de funcionários, que possam ajudar – uma tarefa que não é da Assembleia, que é do Tribunal de Justiça.

E já faço um apelo de que possa ser prorrogado o convênio, já que está quase no final.

Passo, agora, a palavra à Deputada Rebeca Garcia, para que faça os registros porque demonstra a presença da sociedade civil nesta audiência, uma riquíssima presença, um trabalho que nós vamos escutar, ao final, as suas representantes no relatório. E, logo em seguida, faço os questionamentos para a Drª Patrícia, muitos dos quais que não são de responsabilidade dela, mas de instância superior, mas ela é porta-voz, conforme nós tivemos a informação.

Deputada Rebecca Garcia.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Estadual Marcelo Ramos; da Srª Marta da Silva Vieira, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e representando a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; Srª Sonja Ale Farias, representando a Semsa; Srª Francy Guedes, Coordenadora da Marcha Municipal de Mulheres; Miguel Henrique de Alencar, da Defensoria Pública, titular do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência; Drª Grace Benayon, Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Manaus; Srª Florismar Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Municipal das Mulheres; Regina Coimbra, Coordenadora do Centro Humanitário de Apoio da Mulher (Chame), ALE de Roraima; Srª Suzana Maria Ramos da Costa, Coordenação Estadual de Saúde da Mulher, da Susam; Movimento Feminista Maria Sem Vergonha; Exma Srª Maria de Nazaré Vicentim, Secretária Executiva Adjunta da Capital (Seduc); Srª Nonata Corrêa, Coordenadora do Carma (Coordenação das Associações Religiosas de Matriz Afro-Ameríndia); Srª Marilene Matos, Negritude Socialista Brasileira; Srª Cleomara Monteverde, Organização das Marias de Parintins; Leila Dorotéia, Secretária de Mulheres do PCdoB; Vanja Andréia, União Brasileira de Mulheres, Pastoral Operária, Movimento de Mulheres Solidárias (Musas), Almas – Articulação de Mulheres e Aliadas Homoafetivas do Amazonas.

Passo, agora, aos questionamentos, às duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres? Qual o orçamento para ações específicas de cada instituição para o enfrentamento às violências contra as mulheres, em 2012 e 2013?

As específicas do Poder Judiciário. Em visita à Vara da Violência Doméstica, na tarde de ontem, fomos informados que, até junho, havia três juízes, um titular e dois auxiliares, e, agora, só existe uma juíza que não é titular. Qual a previsão para o retorno do juiz ou juíza titular e dos auxiliares? Qual a política do Tribunal para a criação de juizados de violência doméstica na capital e no interior?

O atual processo de distribuição dos processos de violência doméstica e das medidas protetivas para uma central geral de distribuição, quando existe uma vara especializada, gera morosidade e dificulta a prestação jurisdicional. Por que os processos não são distribuídos à Vara para facilitar a prestação jurisdicional?

Isso também gera outro problema que é a distribuição das medidas protetivas com os processos criminais quando as medidas protetivas deveriam tramitar em separado. Como o Tribunal pretende resolver esse problema? Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? Por que não há oficial de justiça específico na Vara de Violência Doméstica, considerando a natureza da Vara e a necessidade imperiosa, principalmente nos casos de medidas protetivas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Patrícia Macedo, lembrando que nós sugerimos que sejam, em primeiro lugar, respondidas as questões apresentadas e, em segundo lugar, as considerações gerais que a senhora quiser fazer.

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa da Exma Srª Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputada Jô Moraes; a Exma Srª Deputada Rebecca Garcia, Relatora da CPMI; a Exma Srª Deputada Conceição Sampaio; Exma Srª Deputada Ângela, de Roraima; Drª Jaiza Fraxe, aqui representando o TRF da 1ª Região.

Senhoras e senhores, antes de tudo, em nome do Poder Judiciário amazonense, eu gostaria de agradecer a parceria que esta Casa, a Assembleia Legislativa, tem feito com o Poder Judiciário, seja através da cessão de servidores da nossa equipe multidisciplinar, seja através de doação de equipamentos de informática e de mobiliário e também o apoio da primeira-dama do Estado, Srª Nejmi Aziz, que, na próxima terça-feira, marcou a solenidade de entrega de um veículo que será doado ao Tribunal, a serviço da Vara Especializada de Violência Doméstica Contra a Mulher.

Com relação aos questionamentos, Deputada, como se tratam na sua maioria de questões administrativas, que fogem da nossa alçada, que fogem da questão jurisdicional propriamente dita, nós encaminharemos à Presidência do Tribunal de Justiça e, dentro em breve, no período determinado de 10 dias, encaminharemos à CPMI um relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário, bem como a solução para todos esses nossos problemas, nossos entraves.

Então, eu inicio aqui as considerações gerais com uma breve reflexão sobre os conflitos que deságuam lá, na nossa Vara. Eu estou lá há apenas cinco meses, não sou titular, mas já pude vivenciar o que é o dia a dia e como funcionam esses conflitos de violência domestica.

Recentemente, estive em uma livraria a procura de um livro e me deparei com um livro em que o autor dizia que, nos relacionamentos, os relacionamentos dariam certo se homens e mulheres observassem o seguinte, que as mulheres querem ser amadas e os homens querem ser respeitados. Todos queremos, mas o que, na verdade, no relacionamento, pesa é isso. Então, os conflitos existem quando há uma quebra nessa lógica. Contudo...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Patrícia, o autor está um pouco equivocado. Queremos ser amadas e respeitadas e os homens querem ser amados e respeitados. (*Palmas.*)

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Claro! Eu já ia chegar a esse ponto.

Claro que queremos ser amadas e respeitadas. O homem quer ser respeitado, como pai de família, como provedor da casa, como marido. Ocorre que o agressor que vai até a Vara de Violência Doméstica não quer só ser respeitado, pelo contrário, quer impor o respeito pelo uso da força. Ele vai além. O agressor não quer ser respeitado, quer impor um respeito. Hannah Arendt, filósofa e política alemã, já dizia que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação do poder. Então, o homem, o agressor, se quer, toma; se deseja, estupra; se é contrariado, espanca; se odeia, assassina. Uma simples divergência de opinião entre o casal se transforma em uma agressão verbal, em uma agressão física. Uma simples divergência de opinião, se o filho vai dormir na casa da sogra ou quem vai pegar o filho na escola, deságua em uma situação muito pior, muito mais grave.

Os agressores acreditam que é natural e corriqueira a violência contra a mulher. Chegam a afirmar durante o flagrante – e isso nós temos contato no auto de prisão em flagrante: “Poxa, não se pode mais nem bater na sua mulher sossegado!” Eles dizem, assim, de maneira descarada. Então, verificamos que os altos índices de violência doméstica não estão ligados apenas à pobreza, desigualdade social e cultural, mas também ao abuso de poder do agressor para com a vítima, porque a vítima está em situação de vulnerabilidade. Ela é manipulada, subjugada, violada, agredida psicológica, moral e fisicamente.

A vítima de violência doméstica que vai à Vara de Violência Doméstica possui baixa autoestima, tem problemas de saúde, vive em estado de pânico e temor. Precisa de uma ajuda externa para resolver o seu problema, para encontrar soluções alternativas. Ela, sozinha, não pode resolver. Ela resolve indo ao Poder Judiciário, começando com a ida à Delegacia da Mulher, onde requer medidas protetivas de urgência, medidas protetivas de afastamento do agressor, medidas protetivas de proibição de contato, de aproximação. Nesse sentido, o juiz especializado em violência doméstica deferiu, no ano de 2011, 2.969 medidas protetivas de urgência a favor das vítimas; no ano de 2012, somente até o mês de outubro, foram deferidas 2.881 medidas nesse sentido.

Porém, o Poder Judiciário hoje encontra alguns entraves para a efetividade dessas medidas protetivas de urgência. A primeira delas, já foi dito aqui, é a questão da distribuição das medidas protetivas, que são distribuídas atualmente no Fórum Henoch Reis e não na Vara Especializada. Isso gera um retardo na prestação jurisdicional. A segunda, com relação ao cumprimento dos mandados. Não temos oficiais de justiça à disposição da Vara para o cumprimento desses mandados. Muitas vezes, o afastamento do agressor demora seis meses para ser efetivado. Então, olha o risco que essa vítima sofre por ineficácia da decisão judicial. Outro problema, outra questão em relação às MPUs, é que pretendemos pensar uma forma de fiscalizar se o agressor está cumprindo ou não a medida protetiva.

A Lei nº 11.340 foi considerada, pelo Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, como uma das legislações mais avançadas do mundo, porém, nesses 6 anos de Maria da Penha, constatou-se que esse ciclo de violência que é vivido pela mulher não se alterou. Uma pesquisa recente divulgada pelo DataSenado dá conta de que, pelo contrário, após o advento da lei, a violência contra a mulher aumentou.

No Estado do Amazonas, com relação à Vara Especializada, que é a única na Comarca de Manaus, especializada, é a única no Estado, porque no interior nós não temos varas especializadas, revela-se que desde a criação da Vara, que foi em 8 de março de 2007, houve o registro de um acervo processual de 17.529 processos e 4.400 inquéritos.

Não há registro de medidas protetivas, porque, como a Deputada sabe e nós explicamos ontem, elas não ficam em apenso. Então, nós não temos como trazer essa estatística de medidas protetivas de urgência.

Foram pautadas 21.030 audiências e realizadas 16.826. Nesse universo de 2007 para cá, foram julgados 9.106 processos. No ano de 2012, atualmente, nós temos 12 mil feitos. Doze mil processos numa vara com uma estrutura de seis funcionários – é preciso deixar registrado –, seis estagiários, a equipe multidisciplinar, enfim, não tem a estrutura mínima necessária para o julgamento desse feito.

O CNJ, Deputada, recomenda que para as varas criminais com mais de 3 mil processos seja designado um juiz auxiliar. Ou seja, nós já temos 12 mil processos, então, nós teríamos que ter muitos mais juízes atuando nessa Vara.

São 12 mil feitos, sendo 7.481 ações penais, 4.469 inquéritos e no ano de 2012 foram julgados 8.014 processos.

Bem, outro ponto que eu gostaria de salientar, muito importante, que foi constatado nesse pouco tempo que estou na Vara, de 5 meses, é a questão da causa da violência. Constata-se que a grande maioria dos agressores é usuário de drogas lícitas – no caso álcool – e ilícitas. A grande maioria! Então, seria necessária também a criação, dentro da rede de apoio, principalmente porque a questão é de saúde pública, de centros de tratamento e recuperação desses agressores no tocante ao álcool e às drogas. Deveriam ser criados CAPSad para que se possibilitasse ao Judiciário encaminhá-los para internação, porque hoje em dia o que eu ouço lá na Vara é o seguinte, a vítima chega e diz: “Doutora, eu não quero que a senhora prenda meu marido, eu quero que a senhora trate dele, que a senhora cuide, ele tem um problema. Eu não quero que ele fique preso. Meu marido, meu filho, meu neto”. Porque hoje as vítimas não são apenas as companheiras, mas são as mães, as avós. Então, elas querem um tratamento para o agressor.

Aí eu me pergunto em silêncio, ou então questiono e debato com os Doutores Promotores que ali atuam comigo: Para onde nós vamos encaminhar esse agressor? O que nós podemos fazer para diminuir ou para tratar mesmo o agressor? Porque a causa da violência ali é um problema de saúde pública.

Muitas vezes, nós encaminhamos para instituições filantrópicas, Fazenda da Esperança, Mundo Novo, mas nem sempre há vagas. Encaminhamos também para o Naf Brasil, mas só faz atendimento ambulatorial. Então, realmente, essa parte precisaria ser criada na rede de apoio e ser feita uma política pública nesse sentido.

Agora, eu gostaria de elogiar a nossa rede de apoio, aqui no Estado do Amazonas. Eu estive, recentemente, em Porto Velho, no Fonavid, com outros juízes, e nos outros Estados eles não têm rede de apoio à vítima e ao agressor como nós temos aqui no Estado do Amazonas. Então, enquanto lá eles têm um Judiciário mais estruturado e não têm rede de apoio, aqui nós somos o inverso. Então, nós precisamos estruturar o Poder Judiciário, uma vez que já existe a rede de apoio. Através do Cream, que foi citado aqui pela Srª Graça Prola, da Casa Abrigo, Sapem – Serviço de Apoio Emergencial à Mulher e ao Sare. O Sare é totalmente pioneiro, o Estado é pioneiro na política de educação do agressor, sendo necessária ainda – mais uma vez registrando – a criação do CAPSad, para questão do álcool e das drogas.

Enfim, com relação à política de integração entre os poderes, foi citado aqui que falta uma integração entre o Judiciário e o Executivo, falta uma sensibilização e capacitação das pessoas que atuam no sistema e também dos agentes policiais que, como foi mencionado, já houve esse treinamento, porque os policiais que atendem, que têm o primeiro contato com a vítima, muitas vezes também são agressores – isso não podemos esquecer – e eles passam para a vítima essa violência, já atendem a vítima com violência e isso leva à revitimização da vítima. Isso também tem que ser analisado.

Outro ponto importantíssimo que não foi mencionado aqui é a questão do sistema carcerário, porque não podemos tratar só da vítima, também temos que pensar no agressor, na ressocialização do agressor. Então, esse agressor vai para a penitenciária, para a cadeia pública e lá ele não é posto em cela separada, fica junto com outros criminosos.

Então, essa convivência dele na cadeia faz permanecer o ciclo de violência, porque ele volta ao lar e se torna muito mais violento ainda com aquela vítima. Então, é necessário uma atenção neste sentido. Uma sugestão que CPMI pode fazer é no sentido de que sejam destinadas celas separadas, nos institutos penitenciários, para os agressores de violência doméstica.

(*Interrupção do som.*)

Bem, nós temos atualmente 53 presos na Vara, as prisões e as medidas de afastamento, elas não são suficientes. Elas são importantes, mas não são suficientes. Nós temos que trabalhar com a prevenção desse ciclo de violência, visando evitar o ciclo de violência. Por quê? Porque o Judiciário hoje está intervindo, ele está entrando num lar, num relacionamento conjugal, está tentando pacificar o conflito dessa forma. O ideal seria que esse conflito fosse pacificado fora do Poder Judiciário. Então, o Poder Judiciário também tem que sair, ou tem que partir, para a questão preventiva; não só para a questão repressiva de punir os agressores, mas também de efetuar esse acompanhamento da família, seja através da equipe multidisciplinar, na Vara, com atendimento individual e coletivo, em grupo...

Enfim, nós estamos lá na Vara, nesse sentido de prevenção, com um projeto pioneiro, que é o Maria Vai à Escola, que é pioneiro no âmbito do Judiciário brasileiro. Não há registro... Por esse projeto, nós vamos difundir, estamos difundindo, a Lei Maria da Penha nas escolas, na comunidade escolar, para que esses alunos sejam multiplicadores nessa questão do enfrentamento da violência doméstica.

Com relação à legislação, nós sabemos que a Lei Maria da Penha é uma lei dura, é uma lei que foi um marco no enfrentamento dessa questão, mas nós sabemos que ela não é suficiente. Então, é necessário que sejam feitas mudanças no Código Penal, ainda, e no Código de Processo Penal. E aqui eu aproveito a oportunidade para mencionar a questão da mudança no Código Penal Brasileiro, que cria a figura do femicídio, que é o assassinato das mulheres pelos seus próprios parceiros. Então, é preciso que isso seja regulamentado, até para que haja uma estatística – hoje não se tem uma estatística de quantas mulheres são vítimas de homicídio cujos autores são seus companheiros, nós não temos esse dado –, então, para facilitar e para punir os agressores sugere-se a inserção do femicídio no Código Penal.

Eu gostaria de aproveitar também a oportunidade para fazer a ressalva de que está tramitando esse projeto, mas pretende-se incluir o homicídio, o femicídio, essa figura nova, já como um homicídio qualificado. Nesse ponto, eu discordo da intenção do projeto nesse sentido. Porque o agressor, o homem que mata uma mulher que não seja no âmbito doméstico, se ele não cometeu o crime de forma qualificada, ele é punido, aí ele tem uma pena de 6 a 20 anos, enquanto que, só pelo fato de ter cometido no âmbito doméstico, segundo a proposta do novo Código Penal, ele já teria a pena agravada de 12 a 30 anos, e já seria considerado um crime hediondo. Então, é nesse aspecto que eu acho que tem que haver um debate maior na sociedade no tocante ao femicídio: que ele deve ser regulamentado, deve ser previsto, mas nós temos ainda que debater bem mais essa questão.

No tocante à mudança no Código de Processo Penal, que também é muito importante, existe um projeto que tramita, um novo Código de Processo Penal, que prevê a figura do juiz garantidor. Esse juiz garantidor será responsável pelas prisões e pelas medidas cautelares. Se aprovado dessa forma, o juiz garantidor ficará responsável por deferir as medidas protetivas de urgência, esvaziando, assim, a competência dos juízes da Vara Especializada, que têm um olhar muito mais atento à vítima; que já está ali, naquele dia a dia, acompanhando todos aqueles casos, e têm muito mais condições de resolver a situação. Então, isso também está sendo discutido e será aprovado em breve.

Com relação à fiança – em algum momento foi falado aqui sobre a possibilidade de os policiais, de as autoridades policiais concederem fiança no caso de flagrante de crimes que envolvam violência doméstica –, o que se tem constatado, e essa foi uma constatação do Dr. Mário, do Dr. Davi, que eu levei até ao Fonavid também, é que seria necessária uma mudança no Código de Processo Penal para que apenas o juiz concedesse fiança nesses casos de violência doméstica. Porque, na prática, o que acontece é que as autoridades policiais têm concedido a fiança, mesmo alta, os agressores têm pagado, eles são postos em liberdade e a vítima fica desprotegida, porque ela fica sem as medidas protetivas de urgência, porque o caso ainda não chegou, vai chegar posteriormente ao juiz, porque a autoridade policial não tem jurisdição para deferir medida protetiva de urgência. Então, a proteção à vítima – aí neste caso – não fica resguardada, fica ameaçada. Isso está acontecendo diuturnamente e, por mais que a autoridade policial arbitre uma fiança de valor elevado, muitas vezes eles pagam; pagam e a vítima fica desprotegida.

Então, eram essas as nossas considerações. Com relação às questões, como foi dito, repassarei à Presidência do Tribunal. Agradeço a possibilidade de estar aqui presente e me coloco à disposição a qualquer outro questionamento que possa haver.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de passar ao questionamento da Deputada Rebecca, Drª Patrícia, a senhora falou que, em alguns casos, encaminham os agressores para serviços de recuperação ou de trabalho. Que serviços são esses e onde? Qual é o momento processual que a senhora encaminha esse agressor para esses serviços?

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Isso seria na condenação mesmo; seria um encaminhamento, não como uma pena, veja bem. Eu não poderia apená-lo, condená-lo a uma medida segurança, que já é uma outra situação. Mas eu poderia, sim, na sentença, encaminhá-lo a um órgão, a um CAPSad**,** para que ele fosse, não compulsoriamente, porque não há previsão legal. O que há é a previsão de que o juiz da vara de execução penal – isso foi uma alteração feita pela Lei 11.340 na Lei de Execução Penas – faça palestras e cursos com os agressores, no âmbito da execução da pena, mas não como uma pena mesmo; eu não posso estipular isso na condenação. Mas pode ficar consignado na sentença e ele será encaminhado. Porque, na verdade, muitas vezes esses agressores, os usuários, eles não têm também condições de se internar; não há vagas, não há estrutura para recebê-los; nem sabem para aonde ir e nem a quem recorrer.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Patrícia, separando uma coisa...

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Não tem nada a ver com prestação de serviços à comunidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É fundamental que se compreenda que cabe ao Poder Judiciário determinar a pena para aquele agressor.

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Mas não é uma pena. As penas em relação aos crimes que envolvem violência doméstica estão previstas no Código Penal: detenção ou reclusão. Então, eu tenho que cumprir a lei nesse sentido; a pena é consignada na sentença. Por exemplo: se ele é condenado a lesão, ele pode ser condenado a uma pena de 3 meses a 3 anos. Então, é feita a dosimetria da pena e na sentença vai ser especificada a pena de detenção; é diferente. Agora, no tocante à recuperação dele, como ser humano, eu também tenho que colocar na sentença, tenho que encaminhar aquele agressor que tem uma doença, que é vítima de álcool e de drogas. Não estou encaminhando para prestação de serviços à comunidade.

O que, na verdade, o Poder Judiciário não tem, é a instituição para encaminhá-lo para tratamento. A senhora está entendendo? É nesse sentido.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A nossa preocupação, Drª Patrícia, é exatamente não contaminar a lógica da Lei Maria da Penha, e a lógica da Lei Maria da Penha é punir. Ao agressor cabe a punição. Essa é a tarefa e a função do Poder Judiciário nesse caso específico.

Outra coisa, para outras estruturas e outras instituições, é cuidar de ter uma política – parece-me que aqui no Estado do Amazonas está referenciada com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – de fazer um trabalho com o agressor.

Então, para a gente ter uma clareza maior na CPMI, eu solicitaria que a Drª Patrícia pudesse nos enviar uma cópia de uma sentença na qual consta essa circunstância, para que a gente possa não confundir os papéis e não voltar indiretamente para a 9.092...

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Não. Se a senhora me permite, o Judiciário deve velar pela Constituição e deve velar pelo cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana. E deve também de uma forma ou de outra tentar romper o círculo de violência. Se eu sei que aquele agressor, porque fez uso abusivo de álcool e de drogas, vai voltar a agredir aquela vítima – e ele volta mesmo, isso é reiterado –, por que não encaminhá-lo, como Poder Judiciário, a um tratamento? Eu não vou obrigá-lo. Eu nem posso fazer isso, sem que haja um procedimento. Mas eu posso encaminhá-lo. Eu posso enviar um ofício à instituição, dizendo: olha, estou encaminhando esse agressor para tratamento. Diferentemente é a aplicação da pena. E isso é feito, e o Poder Judiciário tem cumprido o seu papel, que é de dizer o direito ao caso concreto.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós aguardamos a cópia da sentença.

Drª Patrícia, uma outra questão, depois, eu passo para a Deputada Rebecca, se tiver outro questionamento, na nossa visita, e também tivemos oportunidade de estar com o Ministério Público, nós tomamos conhecimento de que foram indevidamente arquivados três mil processos e que o Ministério Público recorreu, para evitar que uma tragédia se desse do ponto de vista da situação dessas mulheres. A senhora poderia nos dar informação? Ou seria o Presidente do Tribunal? Em que pé está, como o Tribunal está respondendo ao recurso realizado pelo Ministério Público para salvar essas mulheres, possíveis vítimas, dessa medida absolutamente incompreensível de arquivamento de três mil processos em que constavam medidas protetivas?

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Pessoalmente, quando assumi a vara, me deparei com a situação de 3,5 mil processos, salvo engano, numa fila e que já tinham sido remetidos eletronicamente ao Tribunal, por meio de recurso. Só que, infelizmente, já havia tido recurso, e não pude mais atuar naqueles processos. Então, os processos foram encaminhados ao Tribunal, e caberá agora ao Tribunal... Nós não tivemos ainda ciência de nenhuma decisão nesse sentido. Mas eu acredito que a decisão vá ser no sentido de anular a sentença. Não posso aqui antecipar nem dizer, mas acredito que sim. Essa sentença, esse erro, na verdade, foi um erro técnico, um erro de procedimento, foi ocasionado pelo problema que cheguei a relatar para a senhora ontem da questão da distribuição das medidas protetivas, que ficam nos mesmos autos do inquérito policial. Então, quando você extingue uma medida protetiva, você extingue a ação penal, indevidamente. Então, houve essa situação de fato.

Então, nós já oficiamos o Tribunal para que essa situação da distribuição seja modificada, assim como a modificação da distribuição, a transferência da distribuição, digamos assim, lá para o Fórum da Zona Leste, onde fica a Vara Especializada. Mas essa situação vai ser julgada em breve pelo Tribunal, e, de fato, as vítimas foram prejudicadas, porque elas têm procurado saber sobre o andamento desses processos. E nós só podemos informá-las que o processo está em grau de recurso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Patrícia. Quero cumprimentá-la pelo seu empenho e sua compreensão no comprometimento da aplicação da Lei Maria da Penha. Sobre algumas questões que a senhora alerta em relação à fiança nos casos de violência doméstica são importantes a gente tomar providências.

Também considero que a ideia do juiz garantidor compromete a dinâmica das varas especializadas. No caso específico da tipificação do crime de feminicídio, nós ainda predominamos no pensamento da necessidade.

Nós agradecemos. Aguardamos as informações que o Tribunal de Justiça nos deve enviar. Gostaríamos de ter contado aqui com a presença da coordenadora especializada, Desembargadora Drª Socorro. E esperamos que uma nova fase se construa na resposta do comprometimento do Poder Judiciário em relação à Lei Maria da Penha. Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

**A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS** – Muito obrigada. Boa tarde.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes, PCdoB – MG) – Nós vamos passar, imediatamente... Ainda faltam apresentar seus depoimentos os representantes do Procurador-Geral da Justiça do Estado, o representante do defensor público e as duas representantes da sociedade civil.

Nós vamos chamar, agora, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, o Dr. Davi Santana da Câmara e o Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, os dois Promotores de Justiça da Vara da Violência contra a Mulher.

Enquanto eles se dirigem e dividirão o tempo, 10 minutos cada um, a Deputada Janete fará... A Deputada Janete Pietá é coordenadora da bancada feminina, e a sonoridade do nome da Deputada Rebecca termina confundindo, pelo cansaço intelectual que também nós enfrentamos. As mulheres têm o desafio de, além de responderem o conjunto das coisas da vida, também responderem o cotidiano. Meu filho acabou de me ligar pedindo uma providência que teria que ser tomada relativa a compras lá em casa. E isso é um dos desafios que fazem com que a vida da mulher seja tão complicada. (*Palmas.*)

Eu queria pedir desculpas, Deputada Rebecca, 1.232 desculpas. E repetir: a Deputada Rebecca Garcia é autora do requerimento desta audiência pública. A Deputada Rebecca Garcia, que, nesta audiência publica, é Relatora *ad hoc*, vai fazer seus questionamentos em relação ao Ministério Público e também registrar novas presenças que há aqui.

**A SRª REBECCA GARCIA** (PP – AM) – Temos as duas perguntas gerais. O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra as mulheres?

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para enfrentamento às violências contras mulheres em 2012 e 2013?

E as questões específicas: que ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei 9.099, de 95, nos casos de violência doméstica?

Quantas promotorias da mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia ou comunidade indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra mulheres indígenas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes, PCdoB – MG) – Com a palavra, o Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, Promotor de Justiça da Vara da Violência Contra a Mulher, que disporá, pela distribuição, de 10 minutos.

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Exma Srª Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, saudamo-la, agradecemos-lhe e a elogiamos, e não é louvação gratuita, porque uma medida como esta só faz o Brasil progredir e evoluir cada vez mais.

Exma Srª Deputada Federal Rebecca Garcia, Deputada pelo Estado do Amazonas, pelo meu Estado, meus cumprimentos.

Exma Srª Deputada Estadual Conceição Sampaio, meus cumprimentos.

Exma Srª Deputada Estadual por Roraima Angela Portela, meus cumprimentos, seja bem-vinda ao nosso verde Estado.

Exma Srª Drª Juíza de Direito, Juíza Federal Jaiza Fraxe, magistrada séria e talentosa do nosso Estado do Amazonas, representando a Justiça Federal – fizemos mestrado juntos, inclusive –, um prazer em reencontrá-la nesta reunião, nesta cerimônia.

Excelentíssimas senhoras representantes de entidades relativas às mulheres, excelentíssimas senhoras psicólogas, assistentes sociais, Exmo Sr. Subdefensor Público-Geral, Dr. Ariosto Braga, com quem atuei como Conselheiro de Direitos Humanos, pessoa competente que dirige a Defensoria do Estado do Amazonas, demais defensores públicos, Exmo Sr. Dr. Promotor de Justiça David Câmara, meu colega, companheiro da promotoria junto à Vara Maria da Penha, mulheres do Amazonas e do Brasil, senhoras e senhores, antes de responder as perguntas e passando já a respondê-las, mas fazendo uma introdução rápida, eu devo dizer que a violência contra as mulheres é um problema complexo de efeitos plurais, que exige uma atitude muito forte de cada um de nós, sejam juízes, sejam promotores, sejam defensores públicos, sejam deputados estaduais e federais, Senadores.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse mérito de reunir de forma mista Deputados e Senadores, toda a sociedade se engajando na violência contra as mulheres, porque nós temos atualmente dados alarmantes de violência contra as mulheres no Brasil.

Segundo o Mapa de Violência de 2012 de Homicídios de Mulheres no Brasil, o Brasil ocupa a sétima posição em homicídios contra mulheres, considerando uma estatística de 84 países. O primeiro país em assassinato de mulheres é El Salvador, com uma taxa de 10 homicídios por cada 100 mil mulheres. O Brasil ocupa a sétima posição: 4,4 mulheres a cada 100 mulheres são mortas no Brasil. E o último país, que menos mata mulheres, é a Islândia.

Segundo estatística também do Anuário das Mulheres Brasileiras, entre 10 mulheres brasileiras 4 mulheres já foram agredidas por seus companheiros.

Portanto, a legislação, a Lei 11.340, de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, vem reforçar e com uma rigidez própria de uma legislação que quer modificar uma realidade social, por mais paradoxal que isso seja, porque a lógica comportamental não é uma lógica dedutiva... A lógica comportamental prescinde que o enunciar e o experimentar tenham uma relação de causalidade muito grande. Portanto, para que nós possamos experimentar esses mecanismos, há que se experimentarem esses mecanismos de proteção às mulheres.

E estou no Ministério Público, apesar de aparentar jovem – pelo menos assim me vejo –, estou há 14 anos no Ministério Público, tendo passado por diversas comarcas no interior, nos bancos de canoa, no calor do sol a pino, para levar cidadania às pessoas. Fui promovido este ano para a capital para exatamente a Promotoria de Justiça junto à Vara Especializada da Violência Doméstica contra a Mulher. Mas irei me referir, neste momento, somente à promotoria de justiça especializada na violência doméstica e familiar contra a mulher, porque o povo, a população entende melhor e é função do operador do direito também levar o direito de forma mais acessível, mais fácil à população.

Em relação ao trabalho...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós gostaríamos só de lembrar, Dr. Mário, que a gente dá prioridade para as respostas e, em seguida, as considerações gerais.

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Eu ia começar. E citando um poeta do seu Estado, Minas Gerais, Carlos Drummond de Andrade, da cidade de Itabira, um dos maiores poetas brasileiros que nós á tivemos, que tem um poema que diz: “No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho.”

Nós estamos aqui exatamente para remover essas pedras que vão em direção às mulheres em relação à violência contra as mulheres. E o Ministério Público tem um papel muito importante nesse mecanismo de proteção às mulheres.

O nosso trabalho, o meu trabalho como Promotor Titular da 45ª Promotoria e o trabalho do Dr. David Câmara como Promotor da 73ª, porque são duas promotorias especializadas, diz respeito à atribuição constitucional que nós temos. A Carta Constitucional de 1988, de relatoria do grande Senador amazonense Bernardo Cabral, diz que o Ministério Público é titular da ação penal.

Portanto, a nossa principal, relevante e importante ação é quanto o ingresso da ação penal em relação aos agressores das mulheres. Todos os inquéritos que chegam para gente nós analisamos, verificamos se há efetivamente indícios de autoria e prova da materialidade, ingressamos com ações penais para responsabilizar aqueles agressores.

Como mencionou a Drª Patrícia aqui, em muitas audiências, fazemos a audiência e já fazemos a instrução e o próprio julgamento, na própria audiência, ou seja: o Ministério Público oferece as alegações finais orais em audiência e já há sentença naquela própria audiência, evidentemente que excluindo os processos complexos, porque o Poder Judiciário e o Ministério Público não podem tratar de forma pouco séria processos complexos que envolvem violência doméstica, tendo em vista que há de se respeitar também direitos fundamentais do homem.

Portanto, o trabalho do Ministério Público tem sido... Nós adotamos uma postura na Vara Maria da Penha de trabalho preventivo. Porque esse microssistema derivado da Lei nº 11.340 é também um sistema de justiça preventiva, para prevenir a ocorrência de um delito, para prevenir a ocorrência de uma agressão à mulher, para prevenir a morte de uma mulher. E são medidas protetivas de urgência.

Nós adotamos uma postura... Antes, essas medidas protetivas eram deferidas e com prazo de apenas três meses. Isso foi feito bastante pelo juiz que antecedeu a Drª Patrícia. Quando eu cheguei como titular da Promotoria, há apenas seis meses, eu verifiquei juntamente com o Dr. David, meu colega, que as medidas protetivas são urgentes, mas elas, às vezes e na maioria das vezes, são necessárias até a conclusão do processo criminal. Para quê? Para salvaguardar e para proteger a vida e a integridade física da mulher. É a função principal da lei. Evidentemente que a Deputada Estadual e as Deputadas e as Senadoras conhecem melhor a legislação e conhecem, evidentemente, o espírito da legislação, que é a proteção da mulher. Muitas vezes a própria proteção da mulher vai causar desarmonia familiar. Mas isso é outra questão social que demanda políticas públicas – e aí eu já peço o gancho e começo a falar das políticas públicas que o Ministério Público vem pleiteando para essas questões.

É interessante a criação, evidentemente, de CAPs, como a Drª Patrícia mencionou. Os ingredientes constantes que nós vemos em inquéritos policiais, em ações penais, são alcoolismo e drogas. Portanto, é difícil dizer, convencer um agressor de que ele não vá bater, mesmo com a atuação judicial, na mulher estando alcoolizado ou drogado.

Portanto, o Ministério Público pode, não por intermédio da nossa Promotoria, mas da Promotoria especializada nos direitos constitucionais do cidadão pode cobrar do Poder Público políticas públicas no sentido de tratamento desses agressores não como forma de pena. O Ministério Público defende que a penalização tem sempre que existir – e aí já entrando no questionamento e respondendo as perguntas. O Ministério Público nunca pleiteia medidas despenalizadoras. Por quê? Porque há proibição expressa na legislação e seria um retrocesso à Lei nº 9.099, que tratava a violência doméstica com a transação penal e com a conciliação.

Portanto, eu nunca propus a suspensão condicional do processo nem transação penal. Isso não cabe na Lei Maria da Penha. O que nós fazemos é a denúncia, o ingresso da ação penal e a responsabilização do agressor, evidentemente se ele efetivamente praticou o crime, a responsabilização rigorosa desse agressor.

Está inscrito na Constituição Federal, no art. 1º, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana e da dignidade das mulheres; não só de algumas mulheres, mas de todas as mulheres. Por isso nós levamos dignidade através dessas ações do Ministério Público e cidadania, simplesmente pelo exercício das nossas ações pelo o que nos manda a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Os números que nós temos na Promotoria são desde janeiro de 2011. Tínhamos seis mil processos com vista ao Ministério Público no ano de 2011, ano passado, no mês de janeiro, nas duas Promotorias.

No mês de maio, quando assumi, depois de um trabalho feito com a sensibilidade do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz, de promotores que me antecederam, de assessores, de estagiários, nós reduzimos esses processos ao número de 1.324 processos com vista ao Ministério Público. Portanto, em maio de 2012, nós encontramos na Promotoria 1.324 processos com vista ao Ministério Público, na minha Promotoria. E, em setembro de 2012, atualizamos todos esses processos, não por mérito meu apenas. Tenho um predicado a que me atribuo – acho que é o único mérito que eu tenho: ser um cidadão esforçado. É o único mérito.

Esse trabalho foi não só meu apenas, mas foi do Promotor de Justiça David Câmara, dos assessores, dos estagiários e de um mutirão que nós fizemos para eliminar, para terminar, para concluir esses processos e mandar para a vara judicial com manifestação do Ministério Público.

Então, atualmente, em novembro de 2012, temos cerca de 200 processos apenas, apenas inquéritos e processos atuais para análise do Ministério Público.

Porém, esses dados, evidentemente, são flutuantes. Por quê? Porque inquéritos a todo o momento são elaborados, mulheres a todo o momento são agredidas, e nós precisamos evidentemente de uma estrutura melhor para a atuação. Isso é uma lógica matemática. A Drª Jaiza tem conhecimento e a Drª Patrícia mencionou que o CNJ recomenda, quando há 3 mil processos, a designação de um juiz auxiliar. E a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros vai mais além. Ela diz que o ideal seria mil processos por juiz; portanto mil processos por promotor de justiça.

Então, o ideal – pode até parecer tragicômico essa afirmação, mas essa afirmação é oriunda da minha própria experiência – seria sete Varas Maria da Penha no Estado do Amazonas e sete Promotorias Maria da Penha no Estado do Amazonas. É claro que três promotorias... E já há estudos do Ministério Público para a criação de outras promotorias. Acredito sinceramente que será criada mais uma Promotoria de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – nós temos duas atualmente no Estado, é insuficiente para dar conta de todos os processos. E isso eu vou levar ao Procurador-Geral, e o Procurador-Geral tem a sensibilidade. Nós estamos representando o Ministério Público aqui, mas não temos todos esses dados. Há um estudo em andamento, e o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz, tem a intenção de criar diversas promotorias. Como as necessidades...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Onde que é a outra?

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Perdão.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Onde se localiza a outra?

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – A senhora esteve na nossa ampla sala, viu o tamanho. Quantos metros quadrados? Talvez uns sete metros quadrados, onde ocupam sete pessoas São duas promotorias numa sala só com três promotores, dois Promotores da Maria da Penha – eu e o Dr. David – e uma Promotora de Família, além de três assessores e um estagiário.

Então, são sete pessoas trabalhando numa sala cedida pelo Tribunal de Justiça, logicamente, em condições evidentemente precárias. Porque, para você atender uma vítima, ela já se sente intimidada em falar para o promotor de justiça o drama pessoal dela, imagina falar diante de sete pessoas.

Então há necessidade, o Procurador-Geral de Justiça já tentou localizar um terreno para construir uma sede para as Promotorias junto à Vara Maria da Penha, mas não há na Zona Leste, até o momento, esse terreno ou esse imóvel.

Eu acredito, e aí louvo, elogio o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome de V. Exª, Deputada Federal Jô Moraes, de já ter essa resposta do Governo do Estado do Amazonas da criação desse complexo onde funcionará a Vara, as Promotorias de Justiça, a defensoria Pública e a própria polícia. Porque isso vai agilizar todos os processos da Maria da Penha, inquéritos, que são processos urgentes. A mulher tem que ser protegida. Quando nós recebemos o inquérito, nós nos preocupamos se existe a medida protetiva. Se não existe, nós pleiteamos, requeremos evidentemente a imediata aplicação da medida protetiva, ou efetivamente a prisão preventiva daquele agressor. Para quê? Para salvaguardar a vida e a integridade física da mulher e para levar dignidade a essa mulher.

Evidentemente que a proposta do Ministério Público é a criação de novas Varas. É uma sugestão, tendo em vista evidentemente a autonomia do Tribunal de Justiça. Mas a criação de novas Varas de Violência Doméstica contra a Mulher é evidentemente necessária e a criação de, no mínimo, uma outra Promotoria de Violência Doméstica contra a Mulher, além de Delegacias – e já há um projeto de criação de Delegacias de polícia, de uma outra delegacia especializada, como é do conhecimento de V. Exª, na capital do Amazonas.

Vou me ater aqui às outras perguntas, senão, promotor também fala muito, não só os parlamentares...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Lembro que o senhor dispõe de 2 minutos.

 **O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Pois não. É que os parlamentares falam muito, é do próprio verbo parlar, falar, mas o Ministério Público também, principalmente quem atua no júri – e eu fiz muito júri. A gente tende a falar muito, mas vou resumir e me disciplinar para concluir e sintetizar todo o meu pensamento, meu desejo e minha vontade de fazer com que todos os mecanismos de proteção à mulher ocorram de fato, efetivamente.

Quantas Promotorias da Mulher existem no Estado? São duas.

Há capacitação permanente para promotores de justiça? A capacitação é feita através de cursos promovidos pelo Ceaf, que é o centro de estudos do Ministério Público. Esses cursos são referentes a diversas áreas, dentre eles assuntos que abordam também a Lei Maria da Penha. E a capacitação é individual também, é do esforço nosso. Tenho todos os livros sobre a violência doméstica contra a mulher, todos. A Drª Patrícia até, de vez em quando, vai ao meu gabinete pegar emprestado alguns; ela pegou três recentemente – certamente está em boas mãos.

A capacitação é nossa, é do esforço nosso – a Drª Jaiza conhece. Os operadores do Direito, às vezes, existem algumas exceções no âmbito nacional, mas a maioria dos juízes, a maioria dos promotores veste a camisa. Eu visto a camisa em defesa das mulheres, em defesa da dignidade das mulheres. (*Palmas.*) Porque é a minha função, apenas; senão seria rasgar a Constituição Federal; senão seria rasgar a Lei Maria da Penha. É minha função salvaguardar e proteger e responsabilizar os agressores das mulheres.

Qual o orçamento para ações específicas de cada instituição para enfrentamento às violências contra as mulheres em 2012 e 2013? Eu não tenho esses dados, mas como V. Exª nos solicitou um relatório circunstanciado, esse relatório será encaminhado no prazo que V. Exª nos solicitou, no prazo de 10 dias, e será assinado por mim, pelo Dr. David Câmara e pelo Procurador-Geral da Justiça, Dr. Francisco Cruz, encaminhado a Brasília, ao seu gabinete.

O Ministério Público fica à disposição para qualquer pessoa, qualquer mulher tem as portas abertas do meu gabinete, e elas sempre vão elogiar: Poxa, doutor, agora eu tenho mais liberdade; agora o agressor está preso; agora a minha vida mudou... Enfim, elas relatam, há um relato, há uma questão íntima a ser relatada também, porque, evidentemente, essas questões envolvem questões íntimas e familiares. E é bom saber que, muito embora diminuta, Deputada, nós do Ministério Público damos a nossa contribuição à causa em defesa das mulheres.

Eu gostaria só de ressaltar, aqui, e registrar a presença do Deputado Estadual Marcelo Ramos, meu primo, laços sanguíneos nos unem, e da minha mulher, Simone Lasmar Ypiranga Monteiro, linda, ali, que está até agora assistindo; é servidora da Casa, também. Eu te amo! (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Mário...

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Só para concluir...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – ...Dr. David Santana Câmara.

Houve um excesso de tempo, que ele tomou todo. Nós vamos dar uma excepcionalidade ao senhor, até 10 minutos, porque nós temos que escutar a Defensoria e a sociedade civil, ainda, para chegarmos às conclusões.

**O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO** – Muito obrigado. Perdoe-me pela quebra do protocolo ao final, mas foi rapidinho.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não, a quebra de protocolo, quando é para elevar valores humanos, nós consideramos justa.

Com a palavra o Dr. David. As perguntas o senhor escutou ou quer que a Deputada Rebbeca repita?

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** – Não, Exª, não há necessidade...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada.

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** –...porque algumas perguntas técnicas, por exemplo, dotação orçamentária específica, ainda não tem dentro do orçamento do Ministério Público. Mas nós temos uma coordenadoria criminal, que é responsável por todas as promotorias criminais que dispõem dessa dotação orçamentária. Como nós não dispomos do valor é que nós vamos encaminhar essa resposta através de ofício.

Já quebrei o protocolo, não cumprimentei a senhora, nem a mesa, porque vou tentar fazer uma conversa mais informal depois da eloquência do Dr. Mário. Então, vou tentar conversar com as senhoras que estão presentes, que são representantes da sociedade civil, e agradecer. Eu estava ansiosamente esperando essa visita da CPMI. Por quê? Porque...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Lembrando, Dr. David, que há algumas perguntas que o Dr. Mário não respondeu e que nós gostaríamos. Inclusive, entre elas, a questão das aldeias, das comunidades indígenas; do Ministério...

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** – Ah, sim, com certeza.

Eu participei de várias reuniões; o Dr. Mário foi promovido para a Capital no dia 1º de agosto de 2011, e foi promovido para a Promotoria da Maria da Penha. Eu quero esclarecer que à época era como se fosse um castigo, por causa desse volume do processo. Eu acho que ocorreu em todo o Brasil, com a criação da Lei 11.340. Todas as ações que estavam nos juizados especiais criminais, todas, bastava a vítima fazer aquele boletim de ocorrência e era aplicada a lei; todas essas ações se transformaram e foram para uma vara só. Então, nasceu a Vara Maria da Penha, juntamente com a Promotoria, assim com um volume de processos reunindo tudo. Então, os juízes e promotores que iam para lá ficavam desesperados porque trabalhavam todos os dias, com o maior esforço, faziam 50 processos e entravam 50 novos inquéritos.

E o interessante é que nessas reuniões nacionais eu tenho vislumbrado a presença de promotores, homens, numa vara que seria em defesa da mulher, não somente aqui no Amazonas, mas em diversos Estados. E isso é uma questão de opção, Deputada. Por quê? Porque para eu vir promovido, essa promotoria foi oferecida na capital e na capital nós temos promotoras mulheres, mas elas não quiseram encampar. Da mesma forma foi quando o Dr. Mário veio. Teve a opção de virem mulheres, mas acredito que as mulheres aqui no Estado do Amazonas estão bem representadas por nós.

Agora, eu tomei um susto. No dia 1º de agosto de 2011, havia apenas uma promotoria de justiça, não havia duas, e eu encontrei 3.984 processos com vistas para o Ministério Público. E o que significa isso? Significa que a mulher tinha ido para a delegacia, tinha feito o registro da agressão sofrida, o juiz – na época o Dr. Almada era o titular, Francisco Pessoa Almada, tinha despachado as medidas protetivas e passado a bola ao Ministério Público, e dito assim: “Bem, o senhor é dono da ação penal; o senhor tem que promover a ação em favor da mulher.” Então, é como se você entrasse em um gabinete e tivesse 3.984 processos amontoados, esperando a manifestação do Ministério Público. Isso me causou uma angústia desesperada, pensando nessas mulheres que precisavam da atuação. E por causa dessa angústia, já vivida por outros promotores anteriores a mim, é que levamos esse conhecimento ao nosso Colégio de Procuradores, e foi criada a outra promotoria.

Além de ser criada mais uma promotoria, porque apenas dois promotores não dariam conta, nós começamos a fazer mutirão; nós reunimos vários Promotores de Justiça; cinco Promotores de Justiça; cinco assessores; e num prazo – olha só – de um ano, nós conseguimos zerar aqueles processos de vista. O que significa zerar? Você abria o sistema e não tinha nenhum processo dependendo da manifestação do Ministério Público. E isso é um exemplo até para a delegacia. Você tem 4.500 inquéritos, se fizerem uma força tarefa com vários delegados, eles vão conseguir, num prazo razoável, resolver essas questões.

Eu tenho um esclarecimento, Secretário de Segurança – e não sei se se faz presente; ou algum representante. Diz-se que no Estado do Amazonas não tem promotor em todas as comarcas, em todos os Municípios. É uma inverdade, ele não tem conhecimento. O Ministério Público se faz presente em todos os Municípios do Estado do Amazonas.

Com relação ao Poder Judiciário, o próprio governador, em várias declarações anteriores, diz que tem uma proposta de um concurso em breve para suprir os juízes. Mas o Ministério Público se faz presente em todos os Municípios. E naqueles Municípios, Deputadas, onde existem as aldeias indígenas, as comunidades indígenas mais frequentes, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, onde você tem uma vivência... Boca do Acre, você tem uma área com muitas comunidades indígenas, nós não temos nesses Municípios uma promotoria especializada, porque apenas há uma promotoria única, da mesma forma que nós não temos varas especializadas, porque são varas únicas. Mas os promotores de Justiça que lá se encontram fazem esse atendimento, eles fazem essa atuação, têm uma percepção até mais próxima dessa parte da violência contra as mulheres indígenas. Acredito que – nós estamos em 2012 – em 2010, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, sofreram ações do Ministério Público, da Drª Renilce Helen, que se encontrava nessa, movendo ações para fazer essa defesa.

Infelizmente, nós não temos... são ações locais, não é uma ação ainda organizada, e eu acredito que o Ministério Público aqui do Estado do Amazonas precisa de uma coordenadoria específica para as promotorias junto à Vara Maria da Penha.

E isso é uma proposta, por quê? Porque no início, quando nós pegamos aqueles processos paralisados, os nossos esforços foram concentrados para resolver esse problema processual, e hoje estamos atualizados. Então, o processo entra.

Eu estou com 76, o Dr. Mário tem poucas coisas assim. Eu lhe garanto que até segunda-feira, terça-feira, a Promotoria não tem, mas são ciclos. Imagine a senhora quando o TJ julgar os 4 mil processos de recurso do Ministério Público? Se dividir para as duas promotorias, com vista, são dois mil processos. Vamos ter que demandar mais esforços para o Ministério Público atender.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem previsão do tempo em que o recurso vai ser julgado? Porque são ameaças reais.

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** – Deixe-meu lhe explicar. O Ministério Público entrou com esse recurso em janeiro, no início deste ano. Em janeiro de 2012, eu me encontrava de férias, estava substituído, quando do Dr. Raimundinho foi pego de surpresa com essa decisão, não de um juiz titular – o juiz titular também se encontrava em férias. Foi feito um mutirão por um juiz fora da Vara Maria da Penha, e ele fez aquela sentença extinguindo as medidas protetivas. Sem perceber, por elas estarem não apensadas, mas fazendo parte do processo, acabou extinguindo o feito. Isso causou um temor muito grande por parte do promotor de Justiça, que se reuniu com outro promotor, com os assessores e recorreu de quase quatro mil processos, porque foram quatro mil sentenças de extinção do feito.

Como a senhora teve conhecimento, nosso sistema é todo virtual. O Tribunal ainda não estava virtualizado. Então, caberia à Secretaria imprimir quatro mil ações, com vários volumes, várias páginas, e ficou impossibilitado. Na época, o Dr. Antônio Carlos Marinho, um dos juízes auxiliares, sugeriu ao então Presidente do TJ na época que fosse dado efeito repetitivo para esses recursos, porque a base era a mesma. O mérito era mesmo o Ministério Público recorrer, dizendo que o feito não poderia ser extinto, porque já havia alguns com denúncias, outros com audiência de instrução em julgamento designada. Então, não poderia extinguir aquele feito.

Mas, até hoje, o TJ não julgou. De janeiro de 2012 a novembro de 2012, não temos um resultado de um julgamento para se aplicar esse efeito repetitivo. E, como já foge da nossa alçada, já está em grau de recurso, não temos nem como nos manifestar, requerendo que o TJ julgue esses recursos, para que esses processos possam retornar e darmos andamento, darmos aquela prestação para as vítimas daqueles processos.

Então, estamos com quatro mil processos e as mulheres vítimas estão esperando essa decisão da Justiça.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. David, nós solicitamos, esta CPMI solicita que o Ministério Público nos envie a relação dos 3.500 processos para que nós possamos entrar junto ao CNJ, para que tome uma medida emergencial. Em um ano, mulheres podem ser mortas e podem ser atacadas. É de uma gravidade tamanha que nós não podemos apenas escutar.

Solicito, então, que o Ministério Público nos envie essa relação, para que entremos imediatamente no CNJ.

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** – Vou buscar esses dados para a senhora com a maior rapidez possível, dada a distância. Quero esclarecer que o ofício...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O tempo de V. Exª está já concluído.

**O SR. DAVID SANTANA CÂMARA** – Só esclarecer que a senhora encaminhou em junho de 2012 o Ofício nº67/CPMI-VCM, solicitando alguns dados, e como é importante a presença da CPMI nos Estados. A senhora queria saber quantas denúncias tinham sido oferecidas, qual era o tipo de ação penal, e nós fomos buscar. Como é o sistema de automação de Justiça controlado pelo TJ, nós fomos buscar essas informações. E, como já foi explicado pela Drª Patrícia, o sistema não faz a tipificação.

Em decorrência dessa informação, que nós não sabemos, a cada denúncia oferecida por mim – da mesma forma o Dr. Mário, ele tem esses dados –, eu passei a tipificar as denúncias. E é um dado interessante para a CPMI: a maior parte das denúncias são lesão corporal, ameaça e vias de fato. A partir dessa data em que foram solicitadas as respostas, eu tenho que o Ministério Público, no período de julho a outubro, ofereceu, da minha promotoria, 439 denúncias por lesão corporal, 107 denúncias por crime de ameaça e 80 denúncias por vias de fato.

Vou passar esses dados para a Comissão avaliar, para perceber que esses são os crimes mais reincidentes nesse universo da violência doméstica contra a mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Mário. Algumas informações os senhores podem nos enviar. Considero uma boa notícia que o Ministério Público esteja presente nos 62 Municípios. Considero fundamental que ainda não foi esclarecido o problema da preparação, da qualificação dos promotores em relação a atendimento especializado. Aguardamos urgentemente.

Cumprimentamos pela agilidade com que vocês respondem a esses processos, a partir do momento em que os senhores estiverem ocupados, e aguardamos a relação urgente dos recursos empregados pelo Ministério Público.

Muito obrigada. Boa noite.

Vamos passar imediatamente para a última autoridade e, em seguida, para a sociedade civil. Chamaremos o representante da Defensoria Pública, o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto, Subdefensor Público Geral. Enquanto ele se dirige, a Deputada Rebbeca registra a presença de alguns e fará seus questionamentos.

**A SRª REBBECA GARCIA** (PP – AM) – Srª Soniely Brandão, Presidente do Centro de referência em Amparo à Mulher; Srª Elizabete Maciel, Presidente da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas; Ana Nice da Silva Machado; Associação de Mulheres Vitória-Régia do Município de Parintins; Omism/Watyamã – Organização de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé de Manaus, as tucandeiras; Srª Ivonete Mendonça, Secretária de Ação Social do Município de Iranduba, representando o Prefeito Nonato Lopes; Drª Márcia Álamo, Presidente da ONG Maria Bonita; Sílvia Helena F. Cordeiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Roraima e que pede que eu passe à CPMI alguns encaminhamentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. Eu lerei em seguida. Nós vamos passar a palavra à Defensoria, mas queremos esclarecer que a CPMI vem para questionar as autoridades. Os movimentos sociais apresentam o seu relatório complementar aos questionamentos. Escutamos todas as autoridades, porque é deles que tem que vir as respostas às demandas que a sociedade e as mulheres necessitam. Por isso essa ordem.

Com a palavra o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – Boa tarde, Excelentíssima Srª Deputada Jô Moraes.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desculpe, Dr. Ariosto, a Deputada Rebbeca vai situar os questionamentos dirigidos à Defensoria.

**A SRª REBBECA GARCIA** (PP – AM) – Mais duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo e Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra as mulheres?

Qual o orçamento às ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2012 e 2013?

Agora, as questões que são direcionadas à Defensoria Pública.

Quantos núcleos de defensoria da mulher existem no Estado?

Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas?

Há defensor ou defensora especificamente para a Vara de Violência Doméstica?

A Defensoria faz algum tipo de mediação ou conciliação nos casos de violência doméstica?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – Boa tarde, Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar; Deputada Federal Rebbeca Garcia, ilustre representante do nosso Estado; Deputada Conceição Sampaio, que faz uma parceria muito boa com a Defensoria Pública –, inclusive, estamos já em andamento com tratativas para a celebração de um convênio com vistas a fazer o que ela já faz com o Poder Judiciário; e à Deputada representante do Estado de Roraima, os meus cumprimentos; Drª Jaiza Fraxe, que no momento não está.

Bom, Vou passar diretamente às perguntas. Estou representando o Dr. Ricardo Trindade, que é o nosso defensor público geral, e justificando a ausência dele, que se encontra em Brasília, numa reunião do Conselho Nacional de defensores gerais.

Mas, buscando em nosso orçamento, eu quero dizer, inicialmente, que a Defensoria Pública tem uma ação específica em relação à defesa da mulher. Nós temos uma ação chamada Implantação e Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado à mulher Vítima de Violência Doméstica. Por essa ação, no ano de 2010, no orçamento da Defensoria Pública foi estabelecido um valor de R$200 mil. Mas esse valor não aconteceu porque ele ficou amarrado a uma captação de recurso de convênios em Brasília, e a Defensoria não pôde fazer uso dessa verba porque não dispõe de quadro técnico para elaboração de convênios. É uma meta da nova administração a gente cuidar da ampliação do quadro administrativo, do quadro de apoio da instituição. Então, esse dinheiro de 2012 não ocorreu.

Para 2013, a previsão no orçamento – dá até vergonha a gente falar – é no valor de R$10 mil, pelo orçamento do Estado, e R$242 mil provenientes do Fundo da Defensoria Pública, que é um fundo criado por uma lei, que nos auxilia na consecução da nossa atividade fim. Evidentemente que esse orçamento está ainda em tramitação, e nós estamos lutando junto ao Governo do Estado, que tem excelente boa vontade de melhorar o atendimento jurídico das pessoas carentes. Há boa disposição nesse sentido. Já há sinais de que nós conseguiremos modificar esse valor orçamentário. Eu digo que é irrisório porque, só de ouvir a Drª Graça Prola falando do orçamento da SEAS, me deu água na boca de ver o quanto é destinado à proteção da mulher. Mas com esse orçamento...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem uma boa notícia: nós acabamos de aprovar a PEC 114, que garante até 2%. Será um desafio a conquistar.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – Exatamente, Deputada. Quero até ressaltar o empenho de V. Exª e da própria Deputada Rebbeca Garcia, que muito ajudou a Defensoria Pública na aprovação desse projeto de lei, que vem para finalizar, com a independência, com a verdadeira autonomia da Defensoria Pública nessa modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal, que obrigará o Estado, agora, a repassar 2% de seu orçamento para a Defensoria Pública.

Independentemente disso, eu queria dizer que hoje, pela primeira vez, eu fiquei muito orgulhoso da nossa instituição, porque aqui, no nosso plenário, hoje, pela primeira vez, nós superamos o Poder Judiciário e o Ministério Público. Havia aqui presente exatamente um comigo, dois defensores com o Dr. Gualberto, três defensores com o Dr. Vitor Kikuda e tínhamos, ainda, o Dr. Miguel Tinoco, que é o titular do Núcleo de Proteção à Mulher, e teve que sair, e a Drª Caroline Braz, que é a nossa defensora pública, entusiasta na causa da defesa da mulher e que veio espontaneamente para esta audiência, para nos ajudar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) –E a Drª Sílvia, defensora pública de Roraima, que também veio espontaneamente reforçar.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – Bom, então, fizemos uma vitória na Defensoria, aqui, neste plenário. Conseguimos ultrapassar as outras instituições coirmãs, que nos auxiliam nessa proteção da mulher. Mas a Drª Caroline, eu ia ressaltando, teve que sair justamente pelo fato de ser mulher. Ela teve que levar seu filho ao médico, pediu permissão para sair e nós tivemos que conceder.

Mas este é um momento importante para dizer exatamente, no destaque, os nossos questionamentos.

O que e como as autoridades aqui presentes, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra a mulher?

A Defensoria tem um trabalho, integrado com o Poder Judiciário e com o próprio Ministério Público, na Vara de Violência contra a Mulher e também com a Secretaria de Estado de Ação Social com a Acege – Associação Cristã de Empresários e Gestores, quando nós desenvolvemos um trabalho no Núcleo de Atendimento Integrado à Mulher, o NAIM, junto ao Centro de Proteção da Mulher. Esse trabalho, se não fosse por força da parceria com a Acege nós não conseguiríamos desenvolver. E nós temos um defensor titular desse Núcleo, que é o Dr. Miguel Tinoco, que, como justifiquei teve que sair também.

Mas, temos também uma atuação integrada junto à vara especializada, com a ocorrência de três defensores públicos na vara especializada. Por incrível que pareça, a situação da defensoria é *sui generis*. De todas as instituições, nós somos a instituição mais pobre, aquela instituição com menor orçamento, mas, por incrível que pareça, nós dispomos, nós temos o dever constitucional de ter uma atividade interessantíssima. Por quê? Porque nós temos o dever constitucional de defender o agressor. Não se pode abrir mão disso. Então, necessitamos de um defensor público para a defesa do agressor e nós temos esse defensor, localizado na Vara Maria da Penha, que é o Dr. Roger, nosso defensor responsável pela atuação na defesa do agressor. Vem a Lei Maria da Penha e estabelece uma função nova para a Defensoria Pública, mas muito dignificante, muito gratificante, que é justamente essa assistência jurídica à mulher vítima de violência. Com isso, a Defensoria, só para cuidar da assistência à mulher, num quadro reduzido como é o do nosso Estado, temos dois defensores, um titular do Núcleo de Atendimento à Mulher, que é o Dr. Miguel Tinoco, e o outro, que é o Dr. Gualberto, que divide as atribuições com o Dr. Vitor Kikuda na defesa da mulher, na assistência jurídica à mulher vítima da violência por conta da imposição legal da Lei Maria da Penha.

Então, a Defensoria Pública já sofreu muitas críticas de pessoas que não gostam da instituição, dizendo assim: quer dizer que a Defensoria Pública defende o agressor e o agredido? Mas, é interessante. É um trabalho hercúleo – tem que ser dito – e todos os defensores que atuam na Vara Maria da Penha como em outras atribuições, todos eles possuem acumulação de atribuições. Os que trabalham na Vara Maria da Penha ficam diretamente localizados para as audiências para efetivação principalmente das medidas protetivas de urgência. Essa especificidade da Defensoria Pública faz com que dobre, redobre o nosso trabalho.

A Defensoria, portanto, necessita de um cuidado maior por parte dos nossos entes para fins de efetivar o seu termo constitucional. Por conta disso, nós temos também, nessas atribuições, projetos para 2013 na elaboração justamente da Escola Superior da Defensoria Pública com vistas a efetivar prevenção da questão da violência doméstica. Como? Nós teremos como educar a família, inclusive na parte que foi tocada aqui pelo Poder Judiciário referente à própria educação do agressor. Não podemos também nos livrar da violência sem pensar nessa prevenção, nessa educação prévia. Então, há também uma ação específica da Defensoria Pública em, digamos assim, celebrar com as escolas convênios para a divulgação dos direitos humanos e das minorias, justamente com a questão abrangendo tanto a violência doméstica da mulher e familiar, como também de outros entes minoritários.

Quanto às perguntas mais específicas, quantos núcleos de defensoria da mulher existem no Estado. Já é do conhecimento de V. Exª, Deputada, que a Defensoria está passando por um processo de modificação e nós estamos no decurso de um concurso público cuja primeira prova será realizada em janeiro de 2013. Nós hoje só temos um Município do Estado, fora a capital, com defensor público, que é o Município de Presidente Figueiredo, que tem uma defensora pública, os outros Municípios todos, os 60 Municípios restantes não possuem defensorias públicas. Mas, nós procuramos, ainda assim, com o nosso quadro reduzidíssimo... Por incrível que pareça, o nosso quadro hoje é inferior ao quadro de defensores de 1986. Essa preocupação fez com que o Governador Omar Aziz tomasse uma decisão inédita de fazer um concurso para 35 defensores públicos, que vai suprir nossas carências, com um cadastro de reserva para mais 35. Na realidade, nós teremos 70 defensores públicos. Esperamos tê-los todos efetivamente ocupando as suas comarcas no ano de 2013. Por isso, nós só temos hoje, de núcleos da Defensoria da Mulher, apenas o NAIM, na capital e o Núcleo da Vara de Proteção à Mulher, cujos defensores públicos atuam diretamente na defesa da mulher em juízo, com relação violência doméstica e familiar.

Com relação a como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas, nós temos especificamente um convênio com a Procuradoria-Geral da República que nós atendemos comunidades indígenas. Uma vez por semana há um defensor responsável para fazer esse atendimento específico, não diretamente ligado à defesa da mulher vítima de violência, mulher indígena, mas envolvendo todas as questões de família em geral. Mas há, de alguma forma, um atendimento também. Com toda a nossa carência, nós fazemos esse atendimento às mulheres indígenas.

Se há defensor ou defensora especificamente para a Vara de Violência Doméstica? Há. Nós temos diretamente três defensores destacados para a Vara de Violência Doméstica. Com o nosso quadro reduzido, como já falei, mas temos o Dr. Vitor Kikuda, o Dr. Gualberto, que faz a defesa da mulher, e o Dr. Roger, que cuida especificamente do agressor. Tecnicamente, temos três defensores atuando e dois deles exclusivos para a defesa da mulher na Vara de Violência Doméstica.

O último questionamento, se a Defensoria faz algum tipo de mediação ou de conciliação nos casos de violência doméstica. Se algum colega, Dr. Gualberto ou o Dr. Vitor Kikuda quiser relatar especificamente alguma dessas questões, eu teria a honra de trazê-lo até aqui sem problema nenhuma. Mas, evidentemente, é um trabalho institucional da Defensoria Pública, aliás, é o trabalho primordial da Defensoria Pública a conciliação e a mediação de conflitos. Essa talvez seja a maior atribuição da Defensoria Pública que não aparece normalmente nas estatísticas. Por quê? Porque são ações, são medidas que fazem com que não chegue o conflito ao Poder Judiciário.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queríamos só alertar, Dr. Ariosto, que nós estamos falando a Lei Maria da Penha, não dos outros conflitos de outra natureza.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – Por isso, excelência, que me dispus a chamar, se for o caso, o Dr. Gualberto ou o Dr. Kikuda, para esclarecer pontualmente a questão na Maria da Penha. Mas, como são funções inerentes – o que eu ia acrescentar – à Defensoria Pública a mediação de conflitos e a conciliação, eu não tenho dúvida de que todos dois, na sua atuação, trabalham com esse mecanismo de conciliação. Se é um mecanismo ínsito à própria instituição, ele não poderia ficar afastado especificamente da Lei Maria da Penha.

Se algum colega quiser continuar com o esclarecimento, se V. Exª...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Ariosto, o nosso problema é o tempo. O senhor até poderia ter divido, mas o tempo já se encerrou.

Eu gostaria de deixar registrado, em primeiro lugar, que a Lei Maria da Penha não prevê conciliação e mediação em caso nenhum. Especificamente, estamos nos referindo a essa questão.

Então, a natureza do órgão da Defensoria da conciliação e da mediação não se aplica nesses casos.

Eu queria deixar como uma solicitação que nos pudesse ser enviado um relatório circunstanciado em relação a essas questões, lembrando, Dr. Ariosto, que o senhor poderia solicitar ao Defensor Geral que a Defensoria não enviou as respostas aos requerimentos que nós enviados.

Eu queria depois que a Secretaria Executiva deixasse diretamente com o senhor cópia dos requerimentos enviados para que, no prazo de dez dias, a gente possa contar com as respostas. Nós costumamos trazer a cópia para que as autoridades responsáveis o façam.

E aproveito também para solicitar que, neste terceiro caso, que é a terceira resposta, como não temos mais tempo para escutar os defensores responsáveis, que possa nos ser enviado também, por escrito, um posicionamento.

**O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO** – O.k., excelência. Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos muito. Cumprimentamos a Defensoria Pública que, nos limites das suas condições, ainda garante que haja defensores públicos para as varas especializadas.

Queremos também dizer à Defensora Pública Drª Silvia Helena, de Roraima, que estamos registrando suas solicitações e seus encaminhamentos. Mais uma vez a cumprimentamos pela presença significativa da Defensoria Pública, a justiça mais necessária neste País. Nós nos unimos ao seu lamento em relação ao orçamento previsto. Temos a convicção de que com esse concurso que Governador está apontando, poderemos dar avanços. Muito obrigada, Dr. Ariosto, esperamos suas respostas.

Passaremos, de imediato, à apresentação do relatório da sociedade civil. Pelo Regimento da CPMI, não há debate em torno da questão. Nós fizemos ontem uma reunião especial com os movimentos de mulheres, que aqui, no Amazonas, têm uma presença significativa, que participaram, que falaram, que tiraram e apontaram um relatório para ser entregue à CPMI.

Foi acertado ontem que apresentaria o relatório, em nome do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, a Srª Francy Júnior. (*Palmas.*)*.* Nós também dividimos a informação, no tempo da sociedade civil, com uma representação do Movimento Indígena. Temos um enorme desafio que é ter respostas a abordagens. Por isso, vamos escutar, após os 10 minutos da Francy Júnior, a Miquelina Machado, da etnia tucano – pode aguardar ali, sentada. Não cabe questionamentos à Deputada Rebecca porque a sociedade civil vai apresentar a sua visão de como andam funcionando as instâncias que têm que responder às políticas de enfrentamento à violência doméstica.

Até 10 minutos, a Srª Francy Júnior falará.

**A SRª FRANCY JÚNIOR** – Boa tarde, companheiras da Mesa, Deputadas. Que seja bem-vinda a Deputada de Roraima, que a floresta a abençoe. Cumprimento o Plenário na pessoa da Vice-Presidente do Conselho Municipal das Mulheres, companheira Florismar e outras demais companheiras, Deputados presentes e autoridades.

Não quero relatar e nem me contrapor aos dados apresentados aqui. Mas também quero utilizar o tempo para fazer ecoar as vozes das mulheres. Aqui peço licença de todos e de todas para assim fazê-lo.

“Sou IOM [é o nome dessa mulher], 52 anos, doméstica.” Após ser brutalmente violentada com palavras, chutes, socos, ela teve, pela primeira vez, depois de uma vivência conjugal de 30 anos, apanhando, sendo submetida aos maus-tratos do marido, a coragem de enfrentar a Delegacia Especializada das Mulheres. E, lá, ao relatar o ocorrido, o agente virou para essa senhora e perguntou, com um sorriso no rosto: “Não foi a senhora que bateu no seu marido? A senhora, dessa idade, com essa roupa, assim vai fazer com que seu marido tenha mais ciúmes da senhora, e aí vai ocasionar maus-tratos e pancadaria em sua casa. Vou lhe dar um conselho: vá para casa, fique calma e, se o seu marido vier outra vez lhe bater, a senhora peça e diga para ele que nunca mais vai desobedecê-lo”. Isso aconteceu há dois anos.

Outra senhora, M. C. O, (22 anos) foi violentada sexualmente pelo seu marido e foi à Delegacia Especializada, onde pensou que teria apoio. No seu relato, ela diz o seguinte: “Meu marido chegou embriagado em casa e queria fazer sexo, e eu não quis. Ele me bateu e disse que eu era obrigada a servi-lo. O agente virou para mim” – como sempre – “rindo, e disse que eu não tinha sido estuprada, pois eu já vivia com esse marido há muito tempo. Ele me deu” – como sempre – “um conselho: ‘Minha filha, pare com isso! Por que você não deixa logo esse homem já que você não quer mais servi-lo sexualmente? Vá para casa, pegue as suas coisas, vá embora para a casa da sua mãe, porque com isso aí você vai fazer com que as pessoas riam de você. Você já tem 22 anos e mora com ele há muitos anos’.”

Ainda outra senhora, que foi com a sua irmã à Delegacia Especializada, foi também violentada e espancada pelo seu marido. Quando chegou lá, foi abordada por uma agente, que estava lá para atendê-la, dizendo o seguinte: “Nós não estamos atendendo ninguém. Estão fora do ar os sistemas. Vão embora para casa. Amanhã ou, quem sabe, mais tarde, você volta”.

Esses relatos aqui, que pedi licença para fazer, mostram que o Estado do Amazonas, a cidade de Manaus não estão preparados para ter sensibilidade com as vítimas de violência doméstica; não têm sensibilidade com as mulheres. E eu estou relatando os casos da Delegacia, porque os casos nos postos de saúde e nos postos de pronto atendimento são como esses ou ainda piores.

Com isso, companheiros, companheiras, nós, dos movimentos de mulheres, não estamos querendo dizer que o nosso Estado não avançou. Não é isso! Nós avançamos: o fato de ter, por exemplo, uma delegacia; o fato de haver defensores na capital e em um ou outro Município são avanços. Mas ainda há outros tantos, mais de sessenta Municípios sem Defensores, o que para nós não é um avanço significativo.

Nós queremos contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres, por isso desejamos que o relatório desta CPMI seja elaborado de tal forma a identificar caminhos de igualdade de gênero e o fim do patriarcado neste Estado.

Peço também licença às senhoras e aos senhores, para, juntamente com esses relatos, mostrar como são tratadas as mulheres aqui mesmo, neste plenário, como vimos hoje. Tenho aqui uma carta que nós construímos todas juntas e vamos apresentar a esta CPMI e também ao Governado do Estado.

*Exmo Sr. Governador, no dia 23 de novembro do corrente ano, em audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pela Deputada Federal Jô Moraes, na Assembleia Legislativa do Estado e transmitida pela Rede Mundial de Computadores, o Secretário de Segurança Pública, Sr. Paulo Roberto Vital, fez afirmações machistas, preconceituosas, imputando às mulheres a responsabilidade pelos crimes de violência dos quais são vítimas, chegando a afirmar que uma menina de 11 anos que engravidou estará gerando um monstrinho. [*(*Palmas.*)*]*

*Nós, do Movimento de Mulheres do Amazonas, repudiamos e exigimos retratação de parte do Secretário citado, considerando essa atitude um desrespeito que reforça preconceitos e os estereótipos criados acerca das mulheres, extremamente prejudiciais à implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência, em especial a aplicação da Lei Maria da Penha.*

*Declarações como as proferidas pelo Secretário de Segurança Pública têm impacto negativo junto a seus subordinados [e aqui estão os relatos de como são os atendimentos nas delegacias], reforçando um comportamento combatido pelo Movimento de Mulheres, inclusive pelo Governador desse Estado através da formação e humanização do atendimento para os agentes das delegacias que atendem às denúncias de crime de violência doméstica.*

*Projeto Ana Vida da Secretaria do Estado de Assistência Social – Seas.*

Assinam este documento:

- Associação de Mulheres Vitória Régia, de Parintins;

- Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara;

- Movimentos Indígenas (trabalhando em união);

- Musas/UBM;

- Coletivo Loreta Valedares;

- Organização das Marias, de Parintins; e Sexo Fã

- Articulação Parintins Cidadã;

- Articulação de Mulheres e Aliadas Homoafetivas do Amazonas (Almas);

- NSB – Negritude Socialista Brasileira;

- OnG Maria Bonita;

- Associação das Mulheres do Alto Rio Negro;

- Cosmic Uatiamáh – Karma;

- Marcha Mundial das Mulheres;

- Articulação de Mulheres Brasileiras;

- Pastoral Operária;

- Associação Afrodescendente e Indígena do Amazonas;

- Adceia,

- Presidente da Comissão dos Direitos de Mulheres da Câmara Municipal de Manaus.

Assim, encerro nossa fala. Digo que a cidade de Manaus, Estado do Amazonas, está em um caminho para que o patriarcado e a violência contra as mulheres sejam, de fato, excluídos de nossa sociedade; mas, para isso, nós precisamos sensibilizar todo nosso povo. Nós precisamos arrancar, da cultura de nosso povo, esse machismo que tem raízes profundas em nossa região – estou falando de região também – e também em nosso Estado.

É triste dizer que uma mulher, quando sai de sua casa, sai da Zona Leste, bairro Puraquequara, que é muito longe, para ir ao Parque 10, fazer um BO, ela é impedida de registrar porque o agente se tornou juiz, promotor, defensor, delegado, seja lá o que for.

Nós, dos movimentos de mulheres, queremos, atualmente, a atualização desses profissionais, que eles sejam, de fato, qualificados. Para isso, há esforços de qualificação, mas não há esforços de qualificação no coração, principalmente desses homens que atendem essas mulheres.

Há necessidade de desconcentração dessa delegacia. Nós temos de construir delegacia especializada de mulheres na zona norte e na zona leste. Não há possibilidade de as mulheres espancadas, machucadas, sem documentos e sem dinheiro, pedir carona para poder chegar até a delegacia.

Peço, também, que se tenha atenção ao caso das homoafetivas. Foram assassinadas duas homoafetivas. Lá diziam que elas eram criminosas porque eram usuárias de drogas.

E assim encerramos nossa fala.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a nossa representante do Fórum de Mulheres que trouxe aqui a voz viva das mulheres de todas as organizações. Aguardamos a entrega do relatório e passamos a palavra, imediatamente, para Miquelina Tucano, representante das populações indígenas.

**A SRª MIQUELINA TUCANO** – Boa tarde, eu quero aproveitar bem meu tempinho aqui. A mesa está cumprimentada por todos.

Então, nós mulheres indígenas somos uma categoria – vocês ouviram falar aqui, né? Como foi colocado, não muito visível; mas a gente está em todos os cantos, participando da questão política, na questão social, na questão de desenvolvimento e na questão cultural.

Aqui, nós estamos representando as categorias: indígenas, mulheres da floresta, negras, caboclas e brancas. Nós queremos unificar nosso trabalho.

Nós conhecemos a lei, mas a lei não é implementada. A gente tem acompanhado bastante a difusão dessa lei às comunidades indígenas. Mas nós temos grandes desafios. Por que nós temos desafios? Porque as comunidades são muito distantes e o acesso é muito difícil para se chegar até eles.

Então, o que a gente precisa muito é construir em conjunto para resolver essas questões de violência contra as mulheres; contra as mulheres e contra os agressores, porque não adianta a gente combater e não trabalhar com o agressor também.

O desafio vem por todos os lados. Nós não temos recursos próprios. Nós não temos delegacias próprias, mas muitos dos casos que foram ditos aqui ocorrem próximo às áreas urbanas, porque onde gera violência é porque há consumo de álcool, como muitas coisas a respeito foram faladas aqui.

Mas, em nível nacional, eu acompanhei em treze oficinas regionais no País. E uma nacional. Ouvimos as grandes preocupações com as mulheres indígenas de ter um atendimento específico, porque muitas delegacias têm profissionais e não têm capacitação para atender a especificidade de mulheres indígenas, porque muitas delas, muitas de nós ainda têm nossas culturas, e essas culturas estão ainda visíveis em nosso sangue. Por isso que as mulheres pedem que, como foi dito aqui, sejam capacitadas profissionalmente. Não estou dizendo em formação, mas em qualificar o atendimento, seja lá a mulher que veio do bairro, da periferia ou da cidade, onde ela tem condições, e, às vezes, outras que não têm condições. Então, isso a gente tem acompanhado.

Também valorizar a mulher com a sua medicina tradicional, porque uma vez ela violentada, às vezes ela sofre consequências e precisa ser tratada com sua medicina, porque a nossa medicina ainda não está sendo reconhecida nos hospitais e em outros campos de trabalho. Segundo o que foi colocado aqui, nem a saúde indígena sabe trabalhar com a questão indígena, o que gera violência, o que gera abuso sexual e também o que provoca a contaminação por doenças. Na linguagem dos indígenas, o sexo era muito sagrado. Não era falado abertamente, mas hoje nós precisamos entender, porque nós temos que combater as consequências que estão ocorrendo.

Também muitas de nós, indígenas, ainda falamos a nossa língua. Então, isso afeta quando ela vai ser atendida por um homem; às vezes, por uma autoridade, como foi colocado aqui também. Tem que haver um canto específico para elas falarem abertamente o que elas sentem, o que elas sofrem e do que elas precisam.

Também foram colocados aqui os suicídios. Por que estão ocorrendo esses suicídios nas comunidades indígenas? Será que é a violência? Será que são outras provocações? Mas ninguém chega a um consenso, porque eu estou acompanhando a questão de São Gabriel da Cachoeira. Nós fizemos reunião, e eu não sei até onde a gente vai punir os agressores, que têm poder. Em Alto Solimões, nós temos, principalmente na área de fronteira. O desafio é você chegar até eles.

Agora, estou indo para o Baixo Amazonas também para uma oficina, porque nós precisamos ouvir. Diante disso, nós temos que ter um resultado concreto. Eu não vou inventar uma coisa se eu não vi, se eu não presenciei. Então, eu preciso ir até as comunidades para ouvir o que elas querem, o que nós podemos oferecer, o que o Estado pode fazer por nós. Mas, antes que aconteçam outras coisas piores, nós temos que fazer oficinas, debates e, mesmo assim, não é suficiente, porque cada povo tem sua cultura, cada povo tem sua língua, cada povo tem seu costume. Mas esse costume, nem com a chegada da civilização eles vão perder.

Mas o que a gente pode fazer é buscar qualificar os profissionais que vão para as comunidades indígenas, tanto na área de saúde, educação e outros projetos. Porque nós temos trabalho dentro da Seind, apesar de eu estar num movimento, eu sou de uma associação de mulheres indígenas, eu estou numa secretaria de Estado, porque o Estado tem que acompanhar, tem que amparar. Mas o recurso é pouco e nós não temos técnicos, profissionais formados e também não temos psicólogos, porque os psicólogos têm que estar junto para atender as mulheres, tanto nas delegacias, tanto nos hospitais, onde for necessário.

Então, dentro da nossa cultura, a gente entende uma a outra, a gente se ajuda, a gente coopera, mas nunca vai ser resolvido o problema que está dentro das comunidades. Porque, muitas vezes, outros já levaram, chegaram antes de nós. Então, essa violência existe por todo lado, psicológico, moral, físico, como foi colocado aqui.

Os índios querem aprender também. E o que diz a lei, a Lei 11.340? Ela veio para punir, para prender? É isso que diz a lei? Eles perguntam. E eu digo que não. A lei não diz isso, que o índio tem que ser preso. Mas nós temos que conscientizar para não acontecer isso, porque, dentro das aldeias, existe a cultura. Quem vai punir? É o cacique? É a mulher? É a comunidade? É a associação? Tudo isso tem que ser discutido. Então, nós tivemos um trabalho difícil para chegar...

Eu sou uma pessoa que defendo, sim, defendi a causa das mulheres indígenas, mas o nosso programa, dentro da secretaria do Estado que atende o nosso Estado como um todo, tem muitas demandas, mas, como falei, o recurso é pouco, muito pouco. Eu tenho buscado parceria com o CEAS, com outras instituições, com a Funai de Brasília, mas também eles dizem: “vocês são da secretaria do Estado. O Estado tem que ter recurso próprio.” Muito que aqui já foi colocado recurso, se você tiver recurso, você vai longe; mas, se não tiver, não faz nada.

Então, não adianta a gente querer correr o mundo se você não alcançar o seu objetivo e tentar minimizar as coisas. Mas os fatos que ocorreram aqui, a gente vive nesta sociedade e a gente entende qual é o sofrimento de todas, não é específico meu, não é específico de cada um, mas é da nossa sociedade, porque nós somos minoria. Portanto, o nosso espaço que hoje ocupamos é em defesa de mulheres, em defesa dos jovens, das crianças e dos idosos, tudo envolve, doente, deficiente, tudo. Antes, eu não entendia, mas depois eu entendi que são partes específicas. Mas a gente se emociona porque a gente quer resolver tudo, e às vezes não consegue.

Eu estou no conselho municipal também para construir um programa. E no conselho estadual, está a nossa parente, a Marta Ariá, também construindo políticas públicas para o Estado.

Essa é a minha observação. Agradeço a todos. E ficamos à espera do Poder Público; ele nos chama, e a gente vai a ele ou eles vêm até nós. Se a gente não conhecer a realidade, a gente não tem como trabalhar, não tem como defender.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Miquelina, até pela disciplina, pela pontualidade e respeito ao tempo.

O seu depoimento demonstra o quanto é complexa a situação da mulher indígena e o quanto nós temos que estudar mais, nos debruçarmos para enfrentar uma situação particular.

Agradecemos muito a sua contribuição. As notas taquigráficas, depois, serão devolvidas, Deputada Conceição, para que os órgãos daqui do Estado do Amazonas possam responder a um enorme desafio que foi apresentado pela Miquelina.

Agradeço, mais uma vez, a todos e a todas, particularmente a todos os movimentos de mulheres que participaram e construíram esse processo, lembrando que a CPMI ainda poderá receber relatórios enviados, de contribuição das entidades de mulheres que possam detalhar as informações e os desafios aqui, até a data de 10 de dezembro.

Declaro encerrada a audiência da CPMI e devolvo a palavra à Deputada Conceição, que conduzirá o encerramento da audiência na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Mais uma vez, agradeço, Deputada Conceição, e mais uma vez agradeço, Deputada Rebecca, a absoluta gentileza e eficiência com que, tanto o mandato da Deputada Rebecca, como a Assembleia, que tem à frente o Deputado Ricardo e a Deputada Conceição, todos os profissionais desta Casa, receberam e tornaram eficiente a audiência pública.

Obrigada a todos e a todas, e que os povos dessas florestas orientem o Brasil e as mulheres a encontrarem o caminho da paz entre si. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 01 minuto.*)

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente